



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CÂMPUS UNIVERSITÁRIO
DE PORTO NACIONAL MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DAS
POPULAÇÕES AMAZÔNICAS**

José Carlos de Oliveira Pinto Junior

**Cultura Material, Arqueologia e Educação Patrimonial na Área Impactada
pela UHE Estreito: Da ilha de São José à Vila Palmatuba, seus sujeitos e
suas memórias e a análise do sítio arqueológico Remanso em
Babaçulândia TO**

PORTO NACIONAL – TO

2021

José Carlos de Oliveira Pinto Junior

**Cultura Material, Arqueologia e Educação Patrimonial na Área Impactada
pela UHE Estreito: Da Ilha de São José a Vila Palmatuba, seus sujeitos e
suas memórias e a análise do sítio arqueológico Remanso em
Babaçulândia TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – PPGHISPAM. Foi avaliada para obtenção do título de mestre em História das Populações Amazônicas e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Profa. Dra. Marina
Haizenreder Ertzogue

PORTO NACIONAL – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

J95c Junior, José Carlos de Oliveira Pinto Junior.
Cultura Material, Arqueologia e Educação Patrimonial na Área Impactada pela UHE Estreito: Da ilha de São José à Vila Palmatuba, seus sujeitos e suas memórias e a análise do sítio arqueológico Remanso em Babaçulândia TO. / José Carlos de Oliveira Pinto Junior Junior. – Porto Nacional, TO, 2021.
104 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em História das Populações Amazônicas (PPGHSPAM), 2021.
Orientador: Marina Haizenreder Ertzoguer

1. Arqueologia. 2. Sítio Arqueológico. 3. Impactos sociais. 4. Comunidades Tradicionais. I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Folha de Aprovação

José Carlos de Oliveira Pinto Junior

Cultura Material, Arqueologia e Educação Patrimonial na Área Impactada pela UHE Estreito: Da Ilha de São José a Vila Palmatuba, seus sujeitos e suas memórias e a análise do sítio arqueológico Remanso em Babaçulândia TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – PPGHISPAM. Foi avaliada para obtenção do título de mestre em História das Populações Amazônicas e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação ----/----/----

Banca examinadora

Profa. Dra. Marina Haizenreder Ertzogue

Prof. Dr. Vasni de Almeida

Profa. Dra. Elineide Eugênio Marques

Porto Nacional 2021

*Dedico esta dissertação a todos que
caminharam ao meu lado nesta
empreitada.*

*“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.
(Albert Einstein)*

Agradecimentos

Agradeço a minha família sem a qual não teria a base para seguir em frente, à minha esposa Deize Carneiro pelo companheirismo, aos meus três filhos: Amália Carneiro de Oliveira, Ian Carlos Carneiro de Oliveira e Ana Lia Carneiro de Oliveira por trazerem alegria e leveza ao meu cotidiano. Agradeço ainda aos meus colegas de mestrado que, infelizmente nesses dois anos de pandemia, tivemos poucos contatos presenciais, a minha orientadora Profa. Marina Haizenreder Ertzogue pelas orientações e paciência e ao NUTA, na pessoa da Profa. Antônio Pedreira, por ceder o material de pesquisa sem os quais esta dissertação não seria possível.

Resumo

O Núcleo Tocantinense de arqueologia (NUTA) desenvolveu os trabalhos de resgate arqueológico e educação patrimonial na área impactada pela UHE Estreito cujos limites de impacto situam-se no nordeste do Tocantins e sul do Maranhão. Este trabalho aconteceu entre os anos de 2006 a 2012. Ao todo, doze municípios tiveram parte de seus territórios atingidos pelo empreendimento, dez no Estado do Tocantins e dois no Maranhão. Nestes mesmos locais, várias comunidades tradicionais foram deslocadas de seus territórios originais tendo seus costumes, tradições e modos de vida afetados pela obra, dentre elas podemos citar as comunidades de Palmatuba e Iha de São José. Os trabalhos de arqueologia englobaram as prospecções arqueológicas e o resgate de sítios arqueológicos que seriam de alguma forma afetados. Ao todo, Setenta e cinco sítios foram resgatados, estes, encontram-se hoje sob a salvaguarda do NUTA em sua sede na cidade de Porto Nacional. Foram inventariados, analisados e armazenados. Além dos trabalhos de arqueologia, foram realizadas as atividades de Educação Patrimonial nos doze municípios afetados pelo reservatório da UHE.

Palavras chave: Arqueologia. Sítio arqueológico. Comunidades tradicionais.

Abstract

The Tocantinense Archeology Nucleus (NUTA) developed the archaeological rescue and heritage education works in the area impacted by the Estreito HPP, whose impact limits are located in the northeast of Tocantins and south of Maranhão. This work took place between the years 2006 to 2012. Altogether 12 municipalities had part of their territories affected by the project, 10 in the State of Tocantins and 2 in Maranhão, in these same places several traditional communities were displaced from their original territories having their customs, traditions and ways of life affected by the work, among them we can mention the communities of Palmatuba and Island in São José. The archeology works encompassed the archaeological surveys and the rescue of archaeological sites that would be somehow affected, a total of 75 sites were rescued, these are currently under the safeguard of NUTA at its headquarters in the city of Porto Nacional where they were inventoried, analyzed and stored, in addition to archeology work, Heritage Education activities were carried out in the 12 municipalities affected by the HPP reservoir.

Keywords: Archeology. Archaeological site. Traditional communities.

Lista de Ilustrações

Imagem 1 - Visitação de Escola Pública ao acervo do NUTA. Acervo UNITINS\NUTA (08\05\2018)	21
Imagem 2 - Atividade de Educação Patrimonial realizada no NUTA. Acervo UTININS\NUTA (17\18\2016)	22
Imagem 3 - Atividade de Educação Patrimonial realizada pelo NUTA. Acervo UNITINS\NUTA (17\8\2016)	23
Imagem 4 - Prospeção em área impactada pela UHE Estreito. Acervo UNITINS\NUTA (10\04\2008)	31
Imagem 5 - Escavação do Sítio Arqueológico Testa Branca II, município de Estreito - MA. Acervo UNITINS\NUTA (15\09\2010)	35
Imagem 6 - Escavação do Sítio Arqueológico Santa Helena localizado na Ilha dos Campos município de Darcinópolis - TO. Acervo UNITINS\NUTA (10\07\2010)	36
Imagem 7 - Calendário festivo da cidade de Darcinópolis –TO. Fonte: Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral volume 1 página 198	39
Imagem 8 - Casa de adobe coberta com palha de Babaçu, exemplo de moradia vernacular e patrimônio edificado município de Babaçulândia - TO. Fonte: Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral volume 1 página 178	39
Imagem 9 - Atividade de Educação Patrimonial realizada no município de Tupiratins -TO. Fonte: Programa SALTESTREITO relatório final da área de impacto direto, página 138	42
Imagem 10 - Calendário com os municípios, local e data das atividades de Educação Patrimonial. Fonte: Programa SALTESTREITO relatório final da área de impacto direto página 135	42
Imagem 11 - Jáca utilizado para transporte de coco babaçu na vila Palmatuba. Acervo UNITINS\NUTA (10\03\2008)	49

Imagem 12 - Dona Raimunda Ferreira Rodrigues confeccionando pote de argila, exemplo de cultura material. Acervo UNITINS\NUTA (08\03\2008)	51
Imagem 13 - Dona Raimunda Ferreira Rodrigues confeccionando pote de argila, exemplo de cultura material. Acervo UNITINS\NUTA (08\03\2008)	51
Imagem 14 - Babaçuais de Palmatuba. Acervo UNITINS\NUTA (24\03\2008)	55
Imagem 15 - Kélia Moura da Silva retirando os cocos de babaçu da mata. Acervo UNITINS\NUTA (10\03\2008)	56
Imagem 16 - Dona Zélia quebrando os cocos e preparando o azeite. Acervo UNITINS\NUTA (08\03\2008)	56
Imagem 17 - Dona Zélia quebrando os cocos e preparando o azeite. Acervo UNITINS\NUTA (08\03\2008)	56
Imagem 18 - Kélia Moura durante a fabricação de artesanato. Acervo UNITINS\NUTA (28\02\2008)	57
Imagem 19 - Kélia Moura durante a fabricação de artesanato. Acervo UNITINS\NUTA (28\02\2008)	57
Imagem 20 - Comunidade da Ilha de São José fazendo farinha. Acervo UNITINS\NUTA (05\03\2008)	60
Imagem 21 - Comunidade da Ilha de São José fazendo farinha. Acervo UNITINS\NUTA (05\03\2008)	60
Imagem 22 - Comunidade da Ilha de São José fazendo farinha. Acervo UNITINS\NUTA (05\03\2008)	60
Imagem 23 - Comunidade da Ilha de São José fazendo farinha. Acervo UNITINS\NUTA (05\03\2008)	60
Imagem 24 - Comunidade da Ilha de São José fazendo farinha. Acervo UNITINS\NUTA (05\03\2008)	60
Imagem 25 - Comunidade da Ilha de São José fazendo farinha. Acervo UNITINS\NUTA (05\03\2008)	60

Imagem 26 - Pescadores da ilha de São José. Acervo UNITINS\NUTA (05\03\2008)	60
Imagem 27 - Raimundo Carvalho da Silva ao lado de sua esposa Adelaide Pereira Carvalho. Fonte: Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral volume 1 página 275	61
Imagem 28 - Dona Natalina fazendo Carvão. Acervo UNITINS\NUTA (12\12\2007)	62
Imagem 29 - Dona Raimunda Parteira. Fonte: Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral volume 1 página 280	63
Imagem 30 - Machado polido (Pedra de raio) Sítio arqueológico Barragem, Programa SALTESTREITO. Acervo UNITINS\NUTA	82
Imagem 31 - Sr. Francisco segurando a pedra de raio (Machado Polido). Acervo UNITINS\NUTA (23\01\2010)	83
Imagem 32 - Machado polido (pedra de raio) que estava com Sr. Francisco. Acervo UNITINS\NUTA (23\01\2010)	83
Imagem 33 - Sítio arqueológico Abrigo Santa Helena que se localizava na ilha dos campos no rio Tocantins, detalhe para a escavação das urnas funerárias Programa SALTESTREITO. Acervo UNITINS\NUTA (19\09\2010)	84
Imagem 34 - Sítio arqueológico Limeira em depósito de seixo nas margens do rio Tocantins. Acervo UNITINS\NUTA (08\04\2008)	88
Imagem 35 - Sítio arqueológico Limeira em depósito de seixo nas margens do rio Tocantins. Acervo UNITINS\NUTA (08\04\2008)	92
Imagem 36 - Sítio arqueológico Remanso. Acervo UNITINS\NUTA (04\11\2008)	93
Imagem 37 - Pontas de projétil encontradas no sítio Remanso. Acervo UNITINS\NUTA	93
Mapa 1 - Área impactada pela UHE. Acervo UNITINS\NUTA (2011)	29
Mapa 2 - Potencial hidrelétrico do Estado do Tocantins	74
Mapa 3 - Sítios arqueológicos localizados na área de impacto da UHE Estreito. Acervo UNITINS\NUTA (2011)	85

SUMÁRIO

1.1INTRODUÇÃO	13
2. CAPÍTULO 1 O NÚCLEO TOCANTINENSE DE ARQUEOLOGIA E O PROGRAMA DE LEVANTAMENTO, SALVAMENTO E MONITORAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, PAISAGÍSTICO E ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO	17
2.1 O núcleo tocantinense de arqueologia (NUTA)	17
2.2 A educação patrimonial no NUTA	19
2.3 Arqueologia na área impactada pela UHE Estreito e o Programa SALTESTREITO	24
2.4 Prospeções arqueológicas	30
2.5 Resgate arqueológico na UHE Estreito	33
2.6 Educação patrimonial no Programa SALTESTREITO	38
3. CAPÍTULO 2 CULTURA MATERIAL, IDENTIDADE E TERRITÓRIO: PALMATUBA E ILHA DE SÃO JOSÉ	44
3.1 Cultura material identidade e território	44
3.2 A Vila Palmatuba: suas mulheres e seus ofícios	53
3.3 A Ilha de São José: seus sujeitos, suas memórias e seus saberes e fazeres	59
3.4 Dona Raimunda: a parteira da ilha	63
3.5 Que fim tiveram os moradores da ilha	65
4. CAPÍTULO 3 ARQUEOLOGIA DE CONTRATO E O SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO, A PEDRA DE RAIOS, CARACTERÍSTICAS DOS SÍTIOS LÍTICOS DA UHE ESTREITO E O SÍTIO ARQUEOLÓGICO REMANSO	66
4.1 Breve histórico da arqueologia de contrato no Brasil	66

4.2 As Usinas Hidrelétricas no rio Tocantins e o salvamento arqueológico	73
4.3 Da pedra de raio ao artefato	80
4.4 Características dos sítios líticos na região da UHE Estreito	88
4.5 A cultura material do sitio Remanso	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	102

1. Introdução

Através do programa de Levantamento, Salvamento e Monitoramento do Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico e Arqueológico (SALESTREITO) na Região de Abrangência da UHE Estreito¹, o Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) realizou os trabalhos de salvamento arqueológico² e educação patrimonial nos municípios afetados pelo empreendimento.

Estas atividades são parte do cumprimento da legislação referente a impactos causados por grandes obras de engenharia, que acarretarão significativas mudanças ao meio ambiente. Ocasionalmente impactos socioculturais nas comunidades residentes na área de influência da obra. Impactos estes que obrigatoriamente tem que constar nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA).

A resolução CONAMA³ nº 001 de 23 de janeiro de 1986 define a Avaliação de Impacto Ambiental como um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente que avalia os impactos de empreendimentos de determinada envergadura sobre o meio físico, biótico e sociocultural (Programa SALESTREITO, relatório final, 2010, pág. 6).

Tais obras, devido à extensão dos impactos, podem causar danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico e histórico brasileiro. Diante disso o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) possui legislação específica que determina que:

No caso de projetos afetando áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam interferências sobre a área de intervenção do empreendimento, deverá ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos em sua área de influência direta. Esse levantamento deverá contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de sub-superfície (Portaria nº 230, art. 2, 2002, pág. 1).

Assim, não se pode o empreendedor eximir de cumprir a legislação, podendo em alguns casos haver o embargo da obra, baseado na Lei 3924 de 26 de julho de 1961 que no seu art. 5º estabelece que:

¹ Usina Hidrelétrica de Estreito, construída no Rio Tocantins, nas divisas do Estado do Tocantins e Maranhão.

² Retirar os bens arqueológicos da área de impacto de um empreendimento.

³ Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos que se refere o art. 2º desta Lei será considerado crime contra o Patrimônio Nacional, e, como tal punível de acordo com o disposto na lei penal (Lei 3.924 de 26 de julho de 1961, pág. 2).

Os trabalhos do NUTA, executados na região da UHE Estreito, foram realizados em consonância com as leis vigentes no tocante às atividades de levantamento, resgate e salvaguarda do material arqueológico e histórico, com intuito principal de resguardar tal patrimônio da destruição. Tidos como Patrimônio da União, como determina a Constituição Federal em seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 216, 1988)

Além das pesquisas ligadas a arqueologia, o NUTA também realizou o levantamento do Patrimônio-Histórico Cultural e Paisagístico e ainda as atividades de Educação Patrimonial nos municípios afetados pelo empreendimento. Essas ações também encontram respaldo na legislação como define a Portaria nº 230 de 17 de dezembro de 2002 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que resolve:

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete limpeza triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial, os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termo de orçamento quanto de cronograma (Portaria nº 230, art. 7º, 2002).

As pesquisas na região da UHE Estreito ocorreram ao longo de seis anos, de 2006 a 2012, os quais aconteciam concomitantemente com a equipe de campo e laboratório.

Pretendemos, com a presente dissertação, apontar as questões ligadas aos trabalhos realizados pelo NUTA, principalmente no que diz respeito ao

salvamento arqueológico e sua amplitude no que tange a empreendimentos deste porte, os quais impactam as populações locais e o patrimônio material e imaterial. A análise de conteúdo foi a principal ferramenta utilizada para se trabalhar com as fontes, provenientes principalmente de relatórios de campo e diários pessoais.

A dissertação foi dividida em três capítulos e em 16 subtítulos para facilitar a transição dos temas que devido à natureza do trabalho possui características distintas apesar de comporem um mesmo programa.

No capítulo 1, teceremos um histórico do NUTA a respeito de suas atividades voltadas para o campo da pesquisa arqueológica e educação patrimonial. Faz-se necessário a compreensão do que se tratou o programa SALTESTREITO para o entendimento do desenvolvimento dos trabalhos realizados pelo programa nas áreas de impacto da UHE Estreito. Assim, trataremos de temas ligados a arqueologia na área de impacto da UHE como: prospecções arqueológicas e salvamento arqueológico, igualmente, faremos um breve relato a respeito das ações de Educação Patrimonial realizadas na região.

Em se tratando de arqueologia temos como fonte de pesquisa os artefatos arqueológicos, que são vestígios materiais dos povos do passado. Neste sentido, no capítulo 2 faremos uma análise sobre cultura material, conceituando este termo e sua abrangência frente à sociedade como fator de construção identitária, memória e sua relação com o território de um determinado povo. Não podemos deixar de citar os impactos causados pela perda territorial e sua influência frente à cultura material. Neste mesmo capítulo será apresentado um relato sobre os sujeitos da vila Palmatuba e Ilha de São José. Faremos uma breve descrição sobre seus saberes e fazeres e suas memórias, assim como sua relação de identidade com seus territórios impactados pela UHE.

O capítulo 3 terá como ponto de partida a arqueologia de contrato no Brasil e a consequente evolução da legislação que assegura essa atividade enquanto parte do licenciamento ambiental. Em se tratando de arqueologia de contrato no Tocantins, faremos um apanhado sobre as usinas erguidas no Rio

Tocantins. Mencionaremos as empresas responsáveis pelas obras assim como as intuições que realizaram o salvamento arqueológico. Faremos ainda um breve relato sobre a pedra de Raio e apresentaremos as características físicas dos sítios líticos encontrados na área impactada pela UHE Estreito. Somando-se a isso, descreveremos os resultados da análise morfológica dos artefatos do sítio arqueológico Remanso.

2. Capítulo 1 O Núcleo Tocantinense de Arqueologia e o Programa de Levantamento, Salvamento e Monitoramento do Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico e Arqueológico da Região de Abrangência da Hidrelétrica de Estreito

2.1 O núcleo tocantinense de arqueologia (NUTA)

Criado pela instrução normativa nº 14\99, de 22 de dezembro de 1999 pela Universidade do Tocantins (UNITINS), tendo como primeiro coordenador o professor Marcos Aurélio Câmara Zimmermann. O Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) teve como primeira estrutura o laboratório de arqueologia, inaugurado em dezembro de 1998 e construído com recursos das Centrais Elétricas no Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE); Valec-Ferrovias (VALEC) e Furnas Centrais Elétricas S/A (FURNAS), por meio de convênios firmados entre empresas e instituições públicas para execução de pesquisas arqueológicas e atender a legislação no que tange aos estudos de impacto ambiental (EIA).

A primeira sede localizada no Campus de Porto Nacional foi doada a Universidade Federal do Tocantins (UFT) juntamente com toda estrutura ali existente. O acervo arqueológico, patrimônio da união, foi transferido para a nova sede do NUTA, inaugurado em 23 de março de 2006.

O núcleo tem como função principal, mas não exclusiva, produzir conhecimentos sobre a área de arqueologia e patrimônio histórico, a partir de estudos investigativos de campo e laboratório, sob autorização expressa em diário oficial da união, por meio de portarias expedidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Patrimônio Histórico pode ser compreendido por tudo que resulta da ação humana, ou seja, as interações sociais e seus efeitos, arquitetura, música, objetos utilitários etc. Sendo dividido em duas categorias, material (tangível) e imaterial (intangível), Fonseca (2011), argumenta que:

A expressão Patrimônio Cultural definida por Hugues de Varine Boham abrange um vasto acervo do homem, compreendendo os elementos da natureza, os elementos não tangíveis (as técnicas, os saberes, os conhecimentos) e os elementos tangíveis (todas as produções do homem), conhecidos como bens culturais. (LEMOS,

1985) Esses elementos também são considerados pela UNESCO como: Patrimônio Ambiental; Patrimônio Imaterial e Patrimônio Material. Situado dentro destes estão às categorias: Patrimônio Histórico; Patrimônio Artístico; Patrimônio Arqueológico; Patrimônio Arquitetônico; Patrimônio Mundial; Patrimônio Subaquático; Patrimônio Móvel; Patrimônio Imóvel; Patrimônio Naval. (IPHAN, 2004) (Fonseca, 2011, pág. 231).

É preciso, no entanto, conhecer a configuração da formação social brasileira, para entendermos o significado de patrimônio cultural, visto que a formação histórica do Brasil possui características distintas que podem ser percebidas em diferentes regiões do território nacional.

A definição de Patrimônio, portanto, vai além das duas classificações como patrimônio material e imaterial, segundo o faz a Unesco, em termos mundiais, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Brasil. Para entender a questão do patrimônio como uma questão sócio histórica é preciso mergulhar nas relações sociais fundamentais existentes na sociedade brasileira, e na dominação de classe que pauta fundamentalmente esta sociedade (Mello; Cardozo, 2015, pág. 1062).

Os trabalhos de pesquisa do NUTA então amparados dentro do que determinam as legislações pertinentes, especialmente a Lei Federal nº 3924⁴, de 26 de julho de 1961, que dispõem sobre monumentos arqueológicos, pré-históricos brasileiros e a constituição de 1988, artigo 216 no qual dispõem sobre o patrimônio pré-histórico e histórico cultural brasileiro.

No decorrer de seu processo institucional que dura mais de 20 anos, tem como carro chefe de seus trabalhos a pesquisa caracterizada como arqueologia de contrato, ou seja, executada junto a áreas impactadas por empreendimentos em construção, que prospectam, identificam e resgatam sítios arqueológicos, essencialmente, mas não exclusivamente no Estado do Tocantins, em áreas impactadas por obras de engenharia, tais como usinas hidrelétricas, rodovias, ferrovias, linhas de transmissão, polos agrícolas, entre outras. Junto aos trabalhos arqueológicos, também são realizadas atividades de levantamento, mapeamento e registro do patrimônio histórico e cultural em diferentes paisagens ambientais (Pedreira, 2019, pág. 10).

O NUTA conta hoje com um acervo de mais de 666 sítios arqueológicos registrados e catalogados oriundos de todas as microrregiões do Estado do Tocantins. Um total de mais de 200.000 peças arqueológicas, entre vasilhames e fragmentos de cerâmica, ferramentas de pedra (polida e lascada) urnas funerárias, esqueletos humanos entre outros.

⁴ Artigo 1º- Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nele se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder público, de acordo com o que estabelece o art.180 da Constituição Federal.

Todo este acervo está resguardado pela Portaria nº. 196, de 18 de maio de 2016 do IPHAN, que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, regulamenta o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, especifica sobre o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.

É importante ressaltar que todo o material arqueológico sob a salvaguarda do NUTA, encontra-se inventariado e inscrito em livro tombo, estando estas informações abertas à sociedade em geral, sendo o interesse acadêmico ou não.

A salvaguarda do material arqueológico é uma alternativa importante para preservação e manutenção destes acervos, como dito anteriormente, torna-se uma possibilidade concreta para qualquer pessoa acessar esses bens. Portanto, a arqueologia de salvamento ou de contrato tem-se mostrado uma opção viável de proteção e de produção científica no que diz respeito ao patrimônio arqueológico brasileiro, como reitera Caldarelli (2000):

A partir da publicação da Resolução Conama 001/86, os estudos arqueológicos que estavam em andamento em várias regiões do país, tanto os de viabilidade, quanto os ditos de “salvamento arqueológico”, foram aproveitados para compor os EIAs dos diversos empreendimentos. E os posteriores passaram a, gradativamente, ser contratados já para fins de diagnóstico e avaliação dos impactos dos empreendimentos sobre o patrimônio arqueológico local e regional, contribuindo para a tomada pública de decisões sobre a conveniência ou não de sua implantação. Apenas após sua aprovação é que foram elaborados projetos de salvamento arqueológico, como parte das medidas mitigadoras dos impactos negativos dos empreendimentos sobre os bens arqueológicos (Caldarelli, 2000, pág. 57).

2.2 A educação patrimonial no NUTA

Com a expansão dos projetos de pesquisa no início dos anos 2000, impulsionada principalmente pela arqueologia de contrato, o Nuta passa também a executar ações de educação patrimonial em áreas impactadas por empreendimentos de engenharia.

A educação patrimonial no NUTA iniciou sendo aplicada de forma pontual, inicialmente, para os funcionários das empresas de engenharia responsáveis pelos empreendimentos, tempos depois

passa a ser estendida para as comunidades residentes nos municípios afetados por alguma obra de engenharia em construção, ou seja, para as comunidades situadas em qualquer área atingida, onde a execução da pesquisa arqueológica seja de responsabilidade do NUTA (Pedreira, 2019, pág. 10).

A educação patrimonial é um processo dinâmico, com ela as comunidades tem a possibilidade de adquirir conhecimento crítico a respeito dos aspectos formadores de seu patrimônio material e imaterial e reforçar sua importância identitária, neste sentido, Horta (1999) argumenta que:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta, 1999, pág. 5).

Com a inclusão dos trabalhos de educação patrimonial no portfólio do núcleo, ergue-se um espaço exclusivo para esse fim, fazendo com que qualquer cidadão tenha acesso ao patrimônio cultural e arqueológico do Tocantins.

Em 31 de maio de 2016, a câmara de pesquisa da Universidade Estadual do Tocantins, por meio do Parecer nº 015/2016, aprovou o projeto de extensão, intitulado: “disponibilização de conhecimento ao público acadêmico a partir de ações educativas e dos resultados das pesquisas desenvolvidas pelo NUTA”. O referido projeto foi elaborado tendo como propósito disponibilizar conhecimento para colaborar na mudança de posturas da sociedade no que se refere às deficiências de participação, respeito, valorização, identidade e cuidados com as paisagens naturais e culturais do Estado do Tocantins (Pedreira, 2019, pág. 10).

A educação patrimonial torna-se então uma atividade oficial do núcleo, inserido dentro de seu planejamento anual de atividades com ações definidas e equipe permanente.

Com o projeto de extensão diferentes ações e eventos de educação patrimonial são executados e se efetivam como prática rotineira na sede do núcleo. Sua equipe já não precisa se deslocar, a sociedade tocaninense vem a sua sede. Efetiva-se então, a extensão universitária, onde os laboratórios, o auditório, o museu e todo acervo salvaguardado, enriquecem de forma significativa os trabalhos, atraindo um público cada vez mais interessado em conhecer exemplares de peças arqueológicas, paleontológicas e históricas, coletados pelas pesquisas no estado (Pedreira, 2019, pág. 11).

A partir de iniciativas de educação patrimonial realizadas em comunidades impactadas por algum empreendimento, a metodologia e a experiência adquiridas em campo tornam-se relevantes ferramentas para a execução destas atividades agora na própria sede do núcleo.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta, 1999, pág. 5).

O acervo de imagens, vídeos de entrevistas com as comunidades, e as peças arqueológicas coletadas em campo têm o poder de expandir o conhecimento para além das salas de aula das escolas. Faz com que os estudantes e visitantes tenham acesso a objetos até então desconhecidos, principalmente aqueles de escolas públicas que possuem deficiências já conhecidas na sua base social e educacional (imagem 1).



Imagem 1, Visitação de Escola Pública ao acervo do NUTA. Acervo UNITINS\NUTA (08\05\2018)

Para as escolas e instituições de ensino superior, a participação nas atividades de educação patrimonial é feita a partir da solicitação para agendamento prévio, podendo ser por meio físico ou digital, na forma de ofício, informando o quantitativo de professores e alunos, a faixa etária dos alunos, curso e série das turmas, bem como a data da visita, isso com o objetivo de facilitar a organização do evento, desenvolvido pelos profissionais especializados, sendo as palestras ministradas a partir de temáticas específicas (Pedreira, 2019, pág. 13).

Dentro desta perspectiva, são os participantes que escolhem a atividade a ser executada, podendo ser palestras, oficinas lúdicas, visita guiada etc. (imagem 2 e 3). Pedreira (2019) ainda argumenta que:

A educação patrimonial no NUTA é desenvolvida a partir da perspectiva sócio crítica e da metodologia comunicativa crítica. Na perspectiva crítica, procura fazer entendido que, a realidade vivida na sociedade é dialética e constituída por estruturas históricas que sofrem mudanças no decorrer dos tempos. O conhecimento do conceito de patrimônio cultural é produzido na concepção dialética, visando dar conta das diversidades existentes e procurando compreender as próprias mudanças e diferenças culturais historicamente acontecidas no seio das comunidades. Pela metodologia comunicativa crítica, o trabalho busca conhecer a visão de mundo do público participante, como esse percebe a sua realidade. Desta forma, o diálogo é estabelecido por meio de palestras, perguntas e respostas. A reflexão se fundamenta na concepção de que o homem é um ser cultural e histórico, portanto, seu patrimônio cultural é dinâmico, assim como é dinâmico o próprio desenvolvimento da humanidade (Pedreira, 2019, pág. 13).

Nesse aspecto, Horta (1999) reafirma:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (Horta, 1999, pág. 5).

Uma das questões fundamentais destes trabalhos é que os visitantes se tornem atores centrais das atividades, pois todo o patrimônio que compõe o acervo são construções culturais pertencentes à união, que se subdivide pertencente a toda a população brasileira. Não se separa a arqueologia da educação patrimonial, pois os objetos fabricados pelos humanos ágrafos do passado são os registros de sua cultura material, nossa herança ancestral e portadores de memórias.



Imagem 2, atividade de Educação Patrimonial realizada no NUTA. Acervo UTININS\NUTA (17\18\2016)

Os trabalhos de educação patrimonial no NUTA são sempre direcionados para um bem cultural do Estado ou do País, tomado como exemplo e para estimular os membros participantes e entendê-lo como parte de um conjunto maior do patrimônio coletivo de um determinado lugar ou de um povo, neste contexto, são apresentados conceitos norteadores, como de herança, memória, identidade, diversidade, entre outros. Para além das palestras temáticas referentes às áreas de atuação do núcleo, realizadas de forma consistente e integrada a realidade do público participante, também são executadas oficinas, dinâmicas interativas, mostras de vídeos, exposições fotográficas, formação de quebra cabeças temáticos, situações\memória e ainda o trabalho de visitas monitoradas ao acervo museológico (Pedreira, 2019, pág. 13).



Imagem 3, atividade de Educação Patrimonial realizada pelo NUTA. Acervo UNITINS\NUTA (17\18\2016)

O conceito de memória e identidade estão interligados, é o que move o homem em sua caminhada enquanto ser social, Silva (2010) lembra que:

Não pode haver identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) porque somente esta permite a auto-consciência da duração. Por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem *a priori* um conhecimento de que esta cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele (Silva, 2010, pág. 1).

Com respeito à memória e identidade podemos ainda elencar que:

A memória histórica constitui um fator de identificação humana, é a marca ou o sinal de sua cultura. Reconhecemos nessa memória o que nos distingue e o que nos aproxima. Identificamos a história e os seus acontecimentos mais marcantes, desde os conflitos às iniciativas comuns. E a identidade cultural define o que cada grupo é e o que nos diferencia uns dos outros (Batista, 2005, pág. 29).

Desde que iniciou os trabalhos de educação patrimonial em sua sede, a procura por essa atividade tem aumentado constantemente ano após ano. As escolas públicas são as que mais procuram a atividade, algumas vêm de

idades distantes de Porto Nacional, como Aliança do Tocantins, Palmas, Dianópolis, Araguaína entre outras.

Ao analisar o livro de assinaturas⁵ do público participante em eventos internos promovidos na sede do NUTA, percebe-se o aumento significativo da quantidade de procura pelas ações de educação patrimonial, por turmas de escolas e de universidades, onde se contabiliza o total de: 1113 pessoas em 2016; 2011 pessoas em 2017; 2043 pessoas em 2018 e 2114 em 2019 (Pedreira, 2019, pág.12).

Esses dados demonstram o crescimento do público que busca as atividades de educação patrimonial, um desses fatores é justamente a carência didática e de formação profissional que as escolas enfrentam com relação ao tema educação patrimonial. Dessa forma o NUTA tornou-se parceiro dessas instituições, fornecendo alternativas pedagógicas extracurriculares sobre educação patrimonial e arqueologia.

Ações de educação patrimonial são mais que necessários num país onde o apagamento da História de algumas populações foi e talvez neste momento continue sendo uma política de estado. A ausência de políticas públicas referentes à educação patrimonial só interessa a quem quer se perpetuar no poder, não há escapatória para um povo sem memória a não ser a desestruturação social e educacional. Nós somos constituídos de memórias, são elas que influenciam nosso comportamento e atitudes enquanto cidadãos.

2.3 Arqueologia na área impactada pela UHE Estreito e o Programa SALTESTREITO

Os trabalhos executados na região da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito) fazem parte de um dos propósitos da instituição e uma forma de obtenção de recursos para financiamento de pesquisas e adquirir equipamentos para a manutenção das pesquisas e do núcleo.

A área estudada situa-se entre os paralelos 6º e 9º de latitude sul e os meridianos 46º e 49º de longitude oeste, no Médio Curso do Rio Tocantins, sub-bacia do Tocantins pertencente à Bacia Amazônica. A usina propriamente

⁵ No ano de 2020 as atividades foram paralisadas devido à pandemia da COVID-19.

dita (casa de força) tem a sua margem direita o município de Estreito (MA) e a esquerda do município de Aguiarnópolis (TO).

Segundo dados do CESTE⁶, a UHE Estreito possui reservatório com 260, 23 km de extensão, cujas áreas inundadas atingem cerca de 400 km². Com potência de 1.087MW, a energia produzida pela UHE foi incorporada aos sistemas Norte\Nordeste e Norte\Sul\Sudeste de transmissão de energia e poderá ser distribuído em todo território nacional.

O projeto será impulsionado por R\$ 3,1 bilhões do orçamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) federal até 2010. Depois dessa data, ainda serão canalizados mais R\$ 134 milhões do governo ao empreendimento. A maior parte dos financiamentos tem como fonte o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que aprovou a destinação de R\$ 2,6 bilhões à obra. (Repórter Brasil, 2008, pag. 7)⁷

Um dos maiores impactos gerado pela obra foi o deslocamento humano compulsório, milhares de pessoas tiveram que abandonar seus lares devido ao enchimento do reservatório, segundo Carvalho; Sieben (2019):

Com a construção da UHEE, segundo o EIA-Rima, 1.020 famílias foram deslocadas compulsoriamente, no entanto, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) registra um número bem mais abrangente, aproximadamente cinco mil famílias. Nesse contexto, dados do Observatório Socioambiental de Barragens (2017) registram que, entre esses, 913 imóveis urbanos e 1.498 imóveis rurais foram atingidos. Essas informações corroboram os dados do EIA-Rima, segundo os quais 3.216 habitantes da área urbana e 4.721 habitantes área rural foram atingidos de forma direta e indireta, totalizando 7.937 pessoas, sendo 833 famílias da zona urbana e 1.205 famílias da zona rural (CNEC 2001) (Carvalho; Sieben, 2019, pág. 24).

Os estudos nessas áreas que sofrem grandes impactos são também uma tentativa de preservar o patrimônio arqueológico e cultural da destruição, e uma forma de estudar e registrar os modos de vida das populações atingidas pelo empreendimento. Principalmente as tradicionais como ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, populações indígenas etc. Pode-se presumir que são também as populações que sofrem os maiores impactos causados por tais obras gerando desagregação territorial e social.

⁶ www.uheestreito.com.br

⁷ Disponível em: www.reporterbrasil.org.br

Embora o projeto de construção da UHE de Estreito estivesse em tramitação desde final da década de 1990, como componente do Plano Decenal de Expansão da oferta de energia elétrica (2000\2009)⁸, elaborado pelo Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS – Eletrobrás), foi somente em 29 de abril de 2005 que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) emitiu a licença ambiental prévia (nº 201\2005), aprovando a viabilidade ambiental do empreendimento (Programa SALTESTREITO, relatório final, 20112, pág.30).

A autorização para início da implantação da UHE fora concedida em setembro de 2005, determinando a elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA). O PBA é uma exigência legal dos órgãos ambientais para a obtenção da Licença de Instalação (LI) de empreendimentos de grande porte que causam grandes impactos ambientais e sociais.

Considerando o porte do empreendimento, torna-se obrigatório a Avaliação de Impacto Ambiental, tomada como um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, que diagnóstica os impactos do empreendimento de determinada natureza, estradas, hidrelétricas, portos, entre outros, sobre o meio físico, biótico, socioeconômico, conforme dispõe a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 001 de 23 de janeiro de 1986⁹ (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 30).

As atividades referentes à elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, (EIA/RIMA) ficaram a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e as audiências públicas e programa de comunicação social foram geridas pelo CESTE.

Somente na fase de elaboração do PBA é que o NUTA ingressa com o Programa SALTESTREITO¹⁰, composto por três projetos autônomos. Porém integrados, os quais contemplam: Prospecção Arqueológica Intensiva¹¹ (PBA

⁸ Ver: www.mme.gov.br Plano Decenal de Expansão de Energia.

⁹ O Conselho Nacional de Meio Ambiente- CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 48 do Decreto nº88. 351 de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das atividades que lhe são atribuídas pelo art.18 do mesmo Decreto, e considerando a necessidade de se estabelecerem, as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.

¹⁰ Programa de Levantamento, Salvamento, e Monitoramento do Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico da Região de Abrangência da UHE Estreito.

¹¹ Atividade executadas em áreas previamente definidas, como sejam, as características geomorfológicas e pedológicas, as informações orais e as referências escritas ou mesmo a natureza da toponímia ou de alguns traços identificados nas fotografias aéreas (Carvalho, 2006).

27); Salvamento e Resgate Arqueológico (PBA 28); e, Valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico (PBA 29).

Os trabalhos de campo tiveram início em no ano de 2006, autorizados pela portaria do IPHAN nº 167 de 15 de julho de 2005, publicado no Diário Oficial da União nº 136 de 18 de julho de 2005.

Em linhas gerais, o Programa SALTESTREITO teve como objetivos: realizar prospecção sistemática e/ou oportunística, principalmente na área de impacto direto do empreendimento, conforme seu Plano Diretor; avaliar os impactos causados ao Patrimônio Arqueológico e ao Patrimônio Paleontológico devido à implantação da obra; realizar pesquisa de salvamento arqueológico e paleontológico e construir coleções científicas com o acervo coletado, realizar o levantamento e o registro do Patrimônio Histórico e Cultural, de ordem material e imaterial do contexto regional; sugerir medidas mitigatórias e/ou compensatórias; fornecer subsídios e desenvolver atividades de Educação Patrimonial (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 31).

Inicia-se então a mobilização da equipe de campo composta pelos seguintes integrantes: Coordenador Geral Prof. Marcos Aurélio Câmara Zimmermann, Antônia Custodia Pedreira, Coordenadora da área de Patrimônio Histórico e Cultural; Cristiane Loriza Dantas de Souza, arqueóloga de campo; Sabrina Escobar Freitas Riberio, arqueóloga de campo; Luís Carlos do Santos, arqueólogo de campo; José Carlos de Oliveira Pinto Junior, técnico de campo em arqueologia; Marcelo Carlos Ribeiro, técnico de campo em arqueologia; Salvador Ribeiro Pedreira, técnico de campo em arqueologia; Jorge Luís Medeiros Bezerra, técnico de campo em arqueologia; Carlos Eduardo dos Santos Silva, historiador; Andreia dos Santos Paixão, historiadora.

O objetivo principal da equipe de campo era vistoriar e localizar sítios arqueológicos na área impactada pela UHE Estreito, cujos limites de inundação se alongam pelo Estado do Tocantins e porções da região sul do Maranhão.

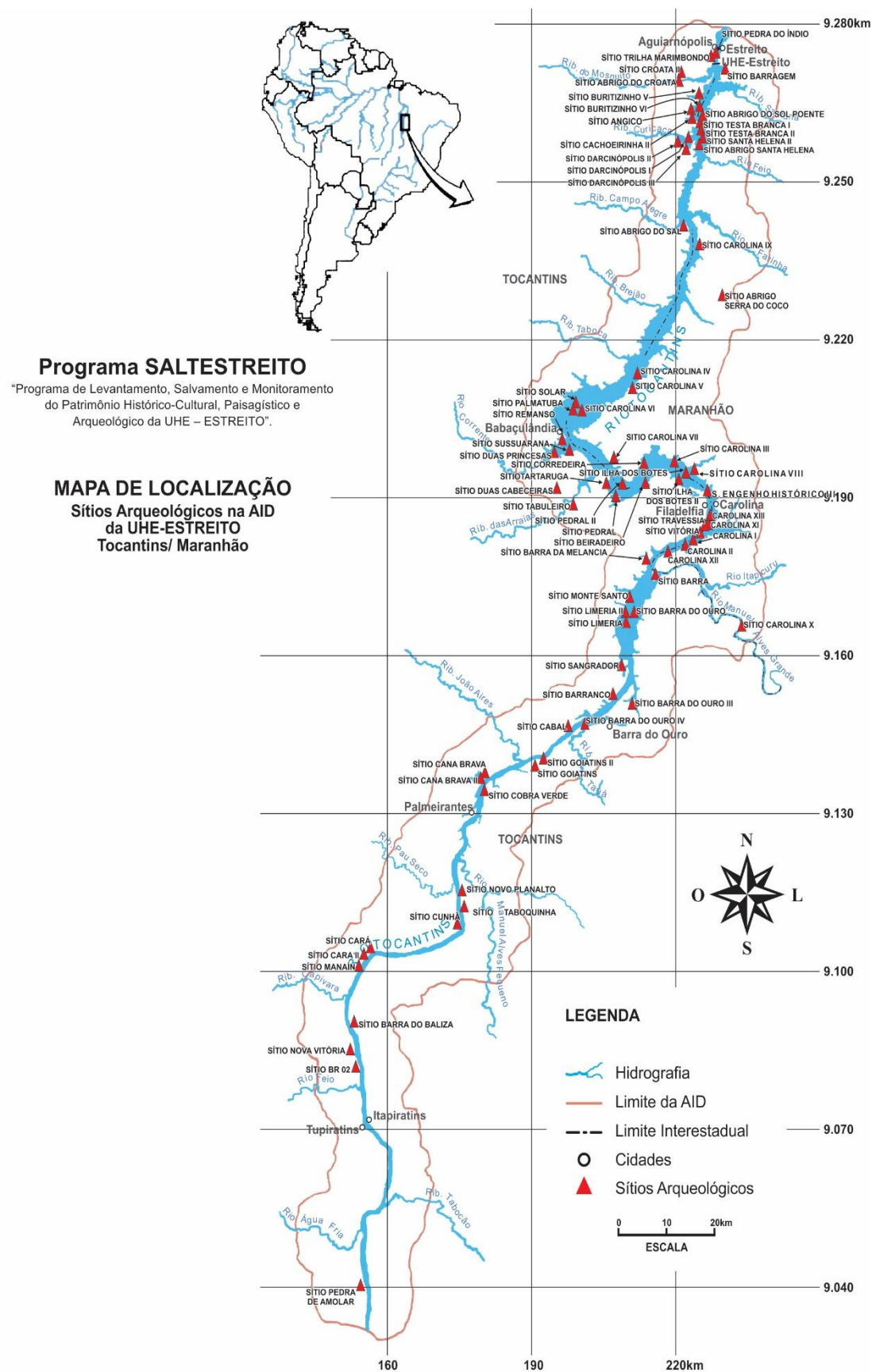
Como o tempo previsto estabelecido pela primeira portaria do IPHAN para a execução do plano de trabalho, visava o período de 48 meses, e no decorrer da pesquisa constatou-se um grande potencial arqueológico na área em questão, houve a necessidade de prorrogação do mesmo.

Sendo assim, o prazo fora renovado duas vezes, por meio das portarias:

Portaria nº 167 de 15\07\2005, publicada no Diário Oficial da União nº 136 de 18\07\2005 com validade de 48 meses; Portaria nº 02 de 21\07\2009 publicada no D.O.U. Nº 138 de 22\07\2009 com validade de 24 meses; Portaria nº 27 de 18\08\2011 publicada no D.O.U. Nº 160 de 19\08\2011 (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 31).

A atuação do programa abrangeu áreas das margens direita e esquerda do Rio Tocantins, as quais foram classificadas de acordo com os impactos do referido empreendimento em: Área de Impacto Direto (AID) e Área de Impacto Indireto (AI).

As áreas de impacto estavam situadas ao longo de doze municípios: Carolina e Estreito no Maranhão; Aguiarnópolis, Darcinópolis, Palmeiras do Tocantins, Filadélfia, Babaçulândia, Barra do Ouro, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante e Tupiratins no Estado do Tocantins (Ver mapa abaixo com localização dos municípios e área de impacto direto e indireto circulado em vermelho).



Mapa 1, área impactada pela UHE. Acervo UNITINS\NUTA (2011)

As pesquisas foram realizadas tanto em campo como em laboratório. As etapas de campo foram: “prospecção, salvamento e monitoramento arqueológico; levantamento do patrimônio Histórico-Cultural Natural” (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 32). Em laboratório ocorreram as seguintes atividades:

Inventário do material coletado; limpeza e curadoria; análise tecnotipológica; acondicionamento\guarda de acervo; seleção de peças arqueológicas, paleontológicas e etnográficas para exposição museológica” (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 32).

Durante cada etapa da pesquisa, foram gerados relatórios técnico-científicos, nos quais se descreve os processos e métodos da pesquisa, cujas informações são sintetizadas posteriormente em textos para publicação.

Os relatórios são quadrimestrais e semestrais, os quais explanam o trabalho desenvolvido durante tais intervalos, condensando as informações contidas nos relatórios semanais e parciais. Durante este processo foram elaborados quatorze relatórios quadrimestrais, abordando as várias etapas da pesquisa, além de um relatório final específico da etapa de campo realizada na AID, direcionados ao empreendedor, CESTE¹², e ao órgão de fiscalização competente IPHAN (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012. pág. 37).

Estes relatórios são acessíveis a qualquer cidadão que queira buscar informações a respeito destes trabalhos. Encontram-se arquivados na sede do NUTA em Porto Nacional, neles constam as atividades de pesquisa de campo e laboratório, assim como as atividades de valorização do patrimônio Histórico cultural e Paisagístico.

2.4 Prospecções arqueológicas

Toda a área de impacto direto do empreendimento foi alvo de prospecções arqueológicas, como estava previsto no PBA 27, esta atividade constitui uma etapa primordial da pesquisa, pois é através da mesma que se diagnostica o potencial arqueológico da área de estudo (imagem 4).

A prospecção objetiva o conhecimento extensivo, com avaliação do potencial dos sítios referenciados, sua caracterização topográfica ou espacial; o seu conteúdo cultural e as suas relações com o meio circundante, ou seja, sua inserção no meio natural e sociocultural do

¹² CESTE, Consórcio Estreito Energia.

qual resultaram (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, volume 01, 2008, pág. 17).



Imagem 4, prospecção em área impactada pela UHE Estreito. Acervo UNITINS\NUTA (10\04\2008)

Através das prospecções se identifica os sítios arqueológicos e sua implantação no espaço geográfico, além de obter informações a respeito de sua integridade, grau de preservação e destruição. Assim, esta metodologia irá determinar os tipos de abordagens na etapa seguinte da pesquisa.

As prospecções de reconhecimento ou de superfície, também denominada como prospecção pedestre, foi realizada de forma sistemática¹³ por caminhamento, efetuando-se a vistoria de superfícies amplas e coleta de vestígios arqueológicos em superfície, antes e durante a etapa de salvamento, nas áreas de impacto direto e indireto da implantação da UHE Estreito (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 34).

Por meio das prospecções arqueológicas, procura-se observar de forma extensiva como se deu a ocupação e exploração de determinada área por grupos humanos no passado, de acordo com a distribuição das informações arqueológicas (vestígios e estruturas) na paisagem, ou seja, no contexto geográfico em que estes se inserem.

A seleção da área a ser prospectada pode-se dar conforme os seguintes tipos de unidade: Geográfica ou Natural; Cultural; e Institucional. A intervenção realizada pelo NUTA é de caráter institucional por abarcar uma área determinada a fins de execução de um projeto, independente de limites naturais (geomorfologia, vegetação, etc.) ou culturais (2006; p. 91) (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 34).

Dentro desta perspectiva, a equipe de campo procurou realizar a prospecção em locais pré-determinados, pois além de serem indicativos ambientais de implantação dos sítios arqueológicos como: acesso a recurso

¹³ Conjunto de elementos classificados ou organizados entre si segundo um ou mais critérios. www.dicio.com.br

hídrico, abrigo etc. são também locais que sofreram algum tipo de impacto, podendo esses impactos causar a destruição do sítio. Assim, procurou-se dar ênfase aos seguintes locais:

Prospecção nas áreas de desmatamento, de abertura de canais, secadeiras ou qualquer outra atividade que exponha o subsolo e camadas sedimentológicas que são situações promissoras de ocorrer sítios arqueológicos; nas áreas das antigas moradias que ainda estavam intactas ou nos vestígios das mesmas; afloramentos rochosos; às margens dos rios ou em áreas de acesso nas proximidades, em locais que podem ser observados recursos hídricos e abundantes e também de fontes de alimentação animal e vegetal; acesso as fazendas, levantando informações com os moradores sobre os prováveis sítios arqueológicos, verificando a ocorrência de material arqueológico e demais informações relevantes acerca da região (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, volume 01, 2008, pág. 18 e 19).

Em se tratando de arqueologia preventiva¹⁴, a prospecção é realizada posteriormente ao EIA-RIMA, sobre as áreas já investigadas e sítios arqueológicos cadastrados durante o mesmo. No entanto, de maneira mais intensiva, objetivando a complementação dos dados e contextualização dos sítios.

A prospecção tem que atender aos requisitos legais que orientam as pesquisas arqueológicas no Brasil, considerando que os sítios arqueológicos localizados no território brasileiro constituem Patrimônio Cultural na Nação e são protegidos por Lei Federal específica (Lei nº 3924, De 26 de julho de 1961) e por uma série de dispositivos legais. O trabalho de campo propriamente dito por seu lado está regulamentado por essa lei, pela Portaria Interministerial nº 69 de 1º de janeiro de 1989, assim como pela Portaria nº 7 de 1º de dezembro de 1988 da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 35).

Além da prospecção na área de impacto direto, realizou-se o trabalho de vistoria da área de impacto indireto, levantando informações acerca de prováveis sítios arqueológicos na região, e vistoriando locais de potencial arqueológico, como cavernas. Além do mais, a interação com os moradores locais foi de extrema relevância, pois eles são conhecedores da Geografia e

¹⁴ Arqueologia preventiva, também conhecida como arqueologia de salvamento, ou arqueologia de contrato, constitui-se uma prática da arqueologia objetivando o cumprimento da legislação Federal vigente no Brasil. Em todas as obras que necessitam de estudo de impacto ambiental o (EIA-RIMA), é necessário a execução de uma pesquisa arqueológica para obtenção da licença previa (LP) da licença de instalação (LI) e da licença de operação (LO). Disponível em: www.Brasilarqueologico.com.br.

História local, fornecendo assim informações sobre possíveis sítios arqueológicos.

O trabalho desenvolvido junto a população local contribui para a construção de uma conscientização da importância deste patrimônio. Segundo Funari (2007), pag. 59 e 60, citando Joaquim Hermann (1989) “... uma consciência histórica é estritamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitetônicos e tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência histórica” ...) Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, volume 01, 2008, pág. 18).

2.5 Resgate arqueológico na UHE Estreito

Após a fase de prospecção, iniciam-se os trabalhos de resgate arqueológico e/ou salvamento, ou seja, coletar os vestígios arqueológicos identificados na prospecção. Este procedimento está inserido dentro da chamada arqueologia de salvamento ou de contrato.

A Arqueologia de contrato atualmente em andamento no país está envolvida com a localização, avaliação e estudo dos bens arqueológicos numa área determinada, para a qual, em geral, existe um projeto de engenharia civil que provocará alterações no uso do solo (Caldarelli, 2000, pag. 53).

Estes vestígios podem estar em superfície, subsolo, cavernas e abrigos sob-rocha, praias fluviais, ilhas etc. os trabalhos de resgate na UHE Estreito privilegiou as áreas diretamente atingidas, iniciando-se pelo canteiro de obras, cota de inundação e imediações.

O salvamento arqueológico tem também por objetivo o conhecimento intensivo, avaliando assim o potencial de cada sítio trabalhado, incluído todas as suas características topográficas ou espaciais, e seus elementos constituintes de caráter cultural, histórico ou arqueológico (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, volume 01, 2008, pág. 17).

Os trabalhos de resgate foram planejados levando-se em consideração informações a respeito da integridade dos sítios, fatores destrutivos, localização e extensão. Estes planejamentos levam em consideração principalmente os fatores destrutivos ligados ao impacto direto do empreendimento sobre a cultura material que por ventura possa estar nestas áreas. Nesta perspectiva, Morais (1995) argumenta que:

O empreendedor mandará elaborar, por suas próprias expensas, programas de mitigação e de monitoramento dos impactos ambientais negativos. Daí a obrigatoriedade da pesquisa de salvamento arqueológico para o licenciamento de uma usina hidrelétrica, consolidando os preceitos estabelecidos pela Lei Federal n. 3.924/61 (Morais, 1995, pág. 83).

A pesquisa de campo foi organizada de forma a atender as metas propostas pelos Planos Básicos Ambientais (PBA). O Plano Básico Ambiental apresenta, de forma detalhada, os programas ambientais e todas as medidas de compensação e controle dos impactos ambientais que foram propostas nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e que deverão ser executadas pelo empreendimento.

No caso dos estudos de impacto ambientais (EIA), por exemplo, a avaliação (prévia) dos possíveis impactos a serem gerados pela implantação de um empreendimento depende diretamente do conhecimento que se tem dos recursos existentes na área em questão, conhecimento obtido na maior parte dos casos a partir das informações produzidas pelo levantamento arqueológico (Caldarelli, 2000, pág. 7).

Dentro do PBA tem-se a previsão de Prospeção Arqueológica intensiva; Salvamento Arqueológico e Valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico.

Os dados levantados e os resultados obtidos durante as atividades de pesquisas de campo e laboratório constam em relatórios quadrimestrais apresentados ao empreendedor (CESTE) e ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com cópias arquivadas no NUTA, sendo estes relativos a seis anos de trabalho, compreendendo as atividades de prospecção, monitoramento e resgate arqueológico; as atividades de levantamento e registro do patrimônio histórico, cultural e paisagístico; as atividades de levantamento paleontológico e as ações de educação patrimonial realizadas nos doze municípios de abrangência da Usina Hidrelétrica de Estreito (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 8).

A metodologia de resgate de um sítio arqueológico leva em consideração alguns fatores concernentes ao tipo de vestígio e localização, ou seja, características geográficas como: cavernas, margem de curso d'água, montanhas etc. E tipos de vestígios como gravação ou pintura rupestre, cerâmica, restos esqueléticos etc.

A delimitação da área de cada sítio se deu conforme a extensão e distribuição das evidências arqueológicas, horizontal e verticalmente, constatadas a partir de prospecções de superfície, tradagens, ou sondagens¹⁵, respectivamente” (Programa SALTESTREITO, 2012, pág. 35)

Ou seja, a metodologia de escavação dos sítios arqueológicos dependerá do tipo de vestígio encontrado, pois cada um possui características distintas, além da fragilidade de alguns objetos, que requerem cuidado extra no momento da escavação (imagem 5).

A metodologia empregada pelo NUTA para execução do resgate se dá mediante setorização de uma área de 40x40 metros, demarcada preferencialmente no sentido das coordenadas geográficas, a qual é posteriormente subdividida e, quadriculas de 2x2 metros, que recebem uma denominação alfanumérica (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 35).



Imagem 5, escavação do Sítio Arqueológico Testa Branca II, município de Estreito - MA.
Acervo UNITINS\NUTA (15\09\2010)

Considerando que na etapa anterior, relativa à prospecção, são identificados os sítios arqueológicos e sua potencialidade, procurou-se na etapa do resgate corroborar e contemplar os dados indicativos desta potencialidade.

Verificam-se os locais que apresentam considerável concentração de vestígios, determinando-se a partir daí, os locais mais propícios para realização da escavação, com a abertura de um mais cortes de 4m². Todavia, havendo necessidade, os mesmos podem ser ampliados sobre forma de trincheira, para melhor visualização e compreensão do contexto arqueológico. A escavação se segue de decapagens

¹⁵ Avaliação do potencial arqueológico em profundidade. www.humanas.ufpr.com.

(retirada de camadas de sedimento) por níveis artificiais, de 10 cm de profundidade cada. O sedimento oriundo de cada nível arqueológico foi peneirado, de modo a contemplar também os microvestígios não visualizados no ato da decapagem (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 36).

Os vestígios arqueológicos identificados, seja em superfície ou subsolo, são coletados, embalados, etiquetados, recebendo um número de catálogo de acordo com a profundidade. Nesta etiqueta também consta localização do sítio (Estado, município, localidade, coordenadas UTM), data da coleta, nome do coletor, identificação do setor e escavação, nível (profundidade) tipo de vestígio (lítico¹⁶, cerâmica, orgânico etc.) e demais informações necessárias (imagem 6).



Imagem 6, escavação do Sítio Arqueológico Santa Helena localizado na Ilha dos Campos município de Darcinópolis -TO. Acervo UNITINS\NUTA (10/07/2010)

No caso de sítios arqueológicos com presença de vestígios rupestres, pintura ou gravação¹⁷, realiza-se o decalque¹⁸ dos conjuntos de gravuras ou pinturas, também denominados painéis rupestres.

Considerando o caráter “destrutivo” de toda e qualquer intervenção arqueológica, prioriza-se sempre por efetuar o registro, com a aplicação de variados meios que contemplam (fichas, diário de campo, elaboração de plantas baixas, cartas e mapas, fotografias, desenhos e croquis, georreferenciamento, etc.). A partir da documentação produzida acerca do sítio, é possível caracterizá-lo e consequentemente lançar interpretações com base em aspectos físicos e culturais das camadas de ocupação, a relação espacial dos vestígios, o meio ambiente em que o sítio está inserido, podendo-se observar, ainda, as áreas mais densamente ocupadas e tipo de cultura material produzida e condições ambientais que

¹⁶ Relativo à pedra, objetos de pedra. www.Dicio.com.br.

¹⁷ Conjunto de imagens produzidas em suportes rochosos abrigados ou ao ar livre. www.iphan.gov.br

¹⁸ Técnica em que se copiam as pinturas e gravações rupestres. www.ipahn.gov.br

propiciam a conservação do mesmo (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 36).

No total, foram identificados setenta e seis sítios arqueológicos, destes, setenta e cinco na Área de Impacto Direto (AID), espalhados pelos territórios dos municípios anteriormente citados, com grande diversidade de cultura material.

Os vestígios arqueológicos resgatados e encaminhados ao laboratório passaram por limpeza. Foram inventariados, separados por categorias (cerâmica, ferramentas de pedra, material ósseo etc.) cadastrados, analisados e acondicionados em caixas específicas para esse fim. Sendo a salvaguarda de todo acervo ficando sob responsabilidade do NUTA.

O Programa de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico é significante tanto para identificação e obtenção de dados sobre grupos culturais pré-coloniais, quanto na produção de documentos sobre a ocupação desses povos no território em questão. Em outras palavras, toda uma complexidade de informações estão sendo processadas para reconstruir o universo cultural pré-histórico de áreas adjacentes ao médio curso do rio Tocantins e de seus afluentes mais representativos, sem deixar de considerar as características ambientais atuais (Pedreira; Zimmermann, 2010 pág. 4).

Juntamente com as atividades de pesquisa de campo e laboratório, o núcleo disponibiliza, ainda, em sua sede, um espaço onde expõem por meio de amostras selecionadas uma parcela mínima do acervo arqueológico, paleontológico e etnográfico, resgatados durante a pesquisa de campo. O fator preponderante em relação a arqueologia de contrato é a sua capacidade de identificar e resgatar todos os tipos de sítios arqueológicos de uma área pré-determinada.

Apesar das críticas direcionadas a arqueologia de contrato, como o curto espaço de tempo para a realização do trabalho, ela é uma alternativa para que se possa proteger os sítios arqueológicos de uma destruição iminente. Cabe salientar ainda que as prerrogativas referentes a arqueologia de contrato então previstas em leis o que torna este trabalho exequível em qualquer parte do território nacional onde haja empreendimentos de engenharia.

2.6 Educação patrimonial no Programa SALTESTREITO

Além dos trabalhos de prospecção e salvamento arqueológico, o programa SALTESTREITO também realizou o levantamento e o registro do Patrimônio Histórico e Cultural, desenvolveu ainda ações de educação patrimonial nos municípios e comunidades impactadas pelo empreendimento.

Assim como a equipe de arqueologia, a equipe responsável pelo levantamento do patrimônio Histórico cultural e Paisagístico ficava permanentemente em campo. Isso se deve principalmente ao tamanho da área afetada e pela obra, facilitando assim os deslocamentos, visto que algumas localidades o acesso só era possível por barco.

Uma das premissas deste levantamento era o registro dos bens materiais, e também aqueles de natureza intangível, Calcado na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seus artigos 215 e 216, que asseguram o direito ao acesso, apoio e incentivo a valorização e difusão das manifestações culturais, além de definir como patrimônio:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira no quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos, e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília DF, Senado, 1988).

Desta forma, os trabalhos se estenderam pelos doze municípios impactados, não somente na área urbana, mas também em comunidades ribeirinhas, assentamentos, ilhas habitadas como a de São José, comunidades de quebradeiras de coco Babaçu etc. A foto abaixo, tirada do relatório final referente as atividades de Educação Patrimonial apresenta os municípios onde foram executadas ações de Educação Patrimonial, com local e data dos eventos.

Os levantamentos do patrimônio histórico cultural abarcaram o registro do patrimônio arquitetônico (Patrimônio edificado), registro dos saberes e fazeres incluído artesanato e culinária das comunidades tradicionais, registro das festividades etc. (Imagens 7 e 8).

Para extrair esta vivência histórico-cultural, fez-se o uso concomitante da ambiência campo\laboratório de estudos; interpretações de acervos bibliográficos já editados; de entrevistas gravadas e transcritas de moradores das comunidades impactadas pela Usina Hidrelétrica de Estreito; do feitiço e uso de imagens fotográficas pela equipe de campo\laboratório do NUTA; de acervos imagéticos de instituições públicas ou privadas e/ou cidadãos que gentilmente cederam seus documentos para uso da pesquisa (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 107).

14. Calendário Festivo

Motivo / meses	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Santo Reis	06											
Carnaval			04	05								
Aniversário da cidade			14									
Festejo de São José												
Festa do Divino Espírito Santo, Padroeira da Cidade					21 e 22							
Festas juninas												
Temporada da Pão de Mel												
Cavalcada da Independência e Baile County												
Dia do Evangelho												
Festival da Canção de Palmeiras												
Festejo de Santa Luzia												

Imagem 7, calendário festivo da cidade de Darcinópolis –TO. Fonte: Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral volume 1 página 198

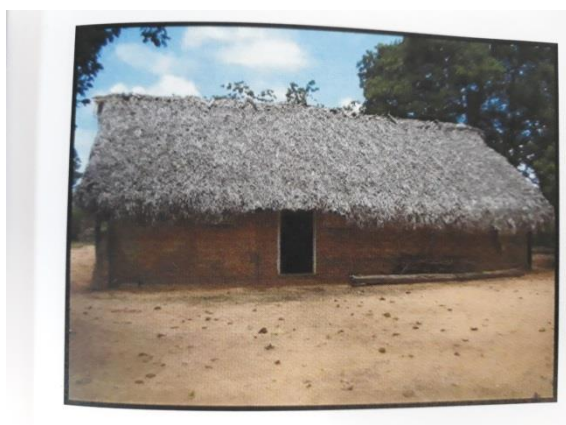


Imagem 8, casa de adobe coberta com palha de Babaçu, exemplo de moradia vernacular e patrimônio edificado município de Babaçulândia - TO. Fonte: Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral volume 1 página 178

Referente ao uso de entrevistas gravadas e transcritas, salienta-se que esse procedimento foi executado seguindo a metodologia investigativa da História Oral com o objetivo de resgatar e valorizar a tradição oral e as memórias das pessoas afetadas pelo empreendimento. Essas atividades foram

desenvolvidas utilizando como recurso um gravador digital, sendo as gravações devidamente autorizadas pelos entrevistados.

Segundo Alves (2016), “a História oral caracteriza-se como uma metodologia de pesquisa que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da História oficial e inseri-los dentro dela”.

A história oral preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestações para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto à contemporânea, e que não possuem forma suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais (Pinto, 2002, pág. 95).

Diante do exposto acima citado, observa-se que a história oral mais que uma metodologia sistemática de pesquisa, torna-se a voz dos excluídos, aqueles que são afetados pelo empreendimento, mas que talvez nunca teriam suas memórias reveladas.

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas (Ferreira; Amado, 2006, pág. 14).

Temos que levar em consideração que as entrevistas foram realizadas com pessoas que estão passando por um momento de extremo estresse social devido aos deslocamentos compulsórios. Assim, a forma de contato entre pesquisador e pesquisado deve levar em consideração o momento vivido por essas comunidades, numa tentativa de fazer com que a relação seja a mais tranquila e amistosa possível. Alguns autores destacam a qualidade da relação entre pesquisador e pesquisado, Thompson (1998), por exemplo, considera que:

Há algumas qualidades que o entrevistador bem sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros, como pessoas e flexibilidades nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar (Thompson, 1998, pág. 54).

As narrativas foram submetidas a correções, isto é, as transcrições de determinadas palavras, transportadas para a linguagem “cultura” evitando-se assim possíveis constrangimentos individuais no que se refere à oralização da língua portuguesa, em sua forma escrita e como foi expressada (falada).

Para enriquecer a pesquisa efetuada, a equipe do NUTA, utilizou como suporte documental e do acervo institucional, a inserção de imagens fotográficas entre os trechos textuais convencionais, para detalhar os momentos registrados durante o processo de cada etapa da pesquisa. Certamente não foi inserido todo o acervo documental nos relatórios encaminhados, mas sim selecionados imagens que dão provas metodológicas do trabalho de resgate do patrimônio histórico e paisagístico (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 106).

Este material torna-se então fonte de pesquisa riquíssima, sendo as narrativas dos sujeitos o fator preponderante destas fontes.

A História Oral está atrelada a processos culturais, sociais e históricos, que são problematizados por meio do diálogo com as experiências dos sujeitos, narrativas impregnadas de significações apropriadas ao longo da vida. Dessa forma, as narrativas produzidas são representações de sujeitos ou grupos, contendo lembranças e esquecimentos de um tempo passado, que são ressignificados no momento da entrevista. Como resultado, são produzidas as fontes orais, ou seja, narrativas que, formuladas intencionalmente, passam a ser analisadas, criticadas, interrogadas, contextualizadas. (Alberti, 2005, pág. 24).

A fotografia segura o instante e por isso mesmo representa uma forma de linguagem e um recurso documental que pode ser utilizado, realizando é claro, as devidas interpretações a esta memória visual, Litz (2009) exalta que:

Qualquer imagem precisa ser bem utilizada e bem explorada e, quando necessário, articulada a um texto, passível de ser interpretada, pois, representa uma determinada época. Dessa forma, se constituirá em uma autêntica fonte de informação, de pesquisa e de conhecimento. (Litz, 2009, pág. 6).

Ressalta-se que o uso de imagens durante as pesquisas foi enriquecedor, na medida em que os sujeitos e paisagens ali representados foram utilizados nos relatórios, numa tentativa de deixá-los mais humanizados e menos tecnicistas.

As fotos são memórias. São uma espécie de passado preservado, é como se o tempo não tivesse se movido, sendo o único documento que fala por si de maneira imutável e irresistível, elas sobrevivem e contam a história daqueles que a produziram (Guedes; Nicodem, 2017, pág.4).

As pesquisas do Programa SALTESTREITO, fez uso de fotografias como registro midiático\imagético em potencial para o resgate dos elementos constituidores do patrimônio regional, bem como de acervos fotográficos de instituições públicas e privadas e/ou dos chamados álbuns de família que contem elementos da história neles registrados. Foram realizadas diversas fotografias durante o processo de pesquisa com os mesmos objetivos, acrescidos do registro do levantamento sobre o patrimônio histórico-cultural na presente contemporaneidade. Assim, os relatórios apresentados foram permeados de texto escrito e de texto imagético fotográfico (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 107).

Diante destas perspectivas metodológicas, e do acordo firmado com o CESTE, além da pesquisa, promoveram-se atividades de Educação Patrimonial direcionada a diferentes lideranças comunitárias e profissionais da educação. As ações de caráter pontual se constituíam de palestras e oficinas, durante as quais se distribuía material didático referente ao tema para serem aplicados posteriormente na rede de ensino pública (imagens 9 e 10)



Imagem 9, atividade de Educação Patrimonial realizada no município de Tupiratins -TO. Fonte: Programa SALTESTREITO relatório final da área de impacto direto, página 138

A seguir o cronograma das atividades, por cidade, realizadas.

Município	Local do Evento	Data/ Horário
Babaquândia/TO	Clube comunitário	23 de março de 2010 Das 08 às 12 e 14 às 18 horas
Tupiratins/TO	Secretaria Municipal de Educação	27 de março de 2010 08 às 12 horas
Itapiratins/TO	Escola Hermes da Silva Pires	28 de março de 2010 Das 14 às 18 horas
Goiatins/TO	Salão Paroquial	08 de junho de 2010 Das 08 às 12 horas
Barra do Ouro/TO	Salão Municipal de Barra do Ouro	15 de setembro de 2010 Das 08 às 12 horas
Palmeirante/TO	Câmara Municipal	18 de setembro de 2010 Das 08 às 12 horas
Filadélfia/TO	Auditório do Conselho Tutelar	07 de outubro de 2010 Das 08 às 12 horas
Aguaimópolis/TO	Escola Municipal Degraus do Saber	20 de outubro de 2010 Das 08 às 12 horas
Palmeiras do Tocantins/TO	Câmara Municipal	21 de outubro de 2010 Das 08 às 12 horas
Darcinópolis/TO	Sala de Informática da Escola Municipal Vitor Dias	21 de outubro de 2010 Das 19 às 22 horas (Horário solicitado pelo município)

Imagem 10, calendário com os municípios, local e data das atividades de Educação Patrimonial. Fonte: Programa SALTESTREITO relatório final da área de impacto direto página 135

Ressalta-se que a ideia de utilizar uma metodologia para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e apropriação dos bens culturais que compõem o nosso Patrimônio Cultural foi introduzida no Brasil, em termos conceituais a práticos, por ocasião do “1º seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos realizados em julho de 1983, no Museu Imperial em Petrópolis” (Relatório final, 2012 pág. 107).

A partir desse seminário, várias experiências e atividades vêm sendo realizadas em diversos locais do país, mostrando resultados satisfatórios na valorização da memória coletiva e nas discussões de novas soluções para salvaguarda do patrimônio cultural, em áreas sob o impacto de mudanças e transformações sócio culturais e ambientais (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 107).

A Educação Patrimonial compõem-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-se, questionando-se e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 107).

A pesquisa sobre o Patrimônio Histórico-Cultural, efetuada em cada um dos municípios atingidos pelo empreendimento fez uso de diferentes estratégias técnico-científicas, entre as quais podemos citar: técnica oral, publicações impressas e virtuais e as iconográficas.

A formação Histórica dos municípios, investigação do contexto e as peculiaridades dos diferentes grupos formadores da região até a emancipação político-administrativa dos municípios; Através da análise dos aspectos Geográficos e Socioeconômicos procurou-se examinar o local geográfico como facilitador para interpretar e reconhecer o patrimônio ambiental nos quais estavam inseridas as populações, as condições socioeconômicas destas populações também foram fruto de análise, visto que a grande maioria das populações afetadas pelo empreendimento são: pequenos agricultores, quebradeiras de coco, pescadores etc.; Levantamento do patrimônio edificado através da análise do conjunto do aglomerado urbano (casario privado e público), templos religiosos, construções isoladas no interior, vias públicas e espaço de lazer, ou seja, identificar os elementos do patrimônio material construído ao longo da formação histórica do município e que são elementos reveladores da identidade local; Os saberes e fazeres também foram alvo de pesquisa, os modos de criar, fazer e viver, as criações artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, manifestações religiosas, festas, eventos culturais, compõem alguns elementos investigados pela pesquisa (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 109).

Todas as informações referentes às atividades de educação patrimonial encontram-se arquivadas no NUTA, juntamente com as gravações, transcrições, fotografias, e relatórios das atividades realizadas em cada município impactado pelo empreendimento.

Sabe-se dos efeitos negativos que empreendimentos de grande porte causam ao meio ambiente e comunidades que vivem em seu entorno. Para essas populações a perda de seu espaço de memória, de seu sustento e lazer é insubstituível.

Os vestígios arqueológicos salvos da destruição, as falas gravadas das pessoas afetadas, as paisagens que desapareceram, mas que foram retratadas em fotografias são agora parte dessas memórias perdidas, que podem ser acessadas por qualquer indivíduo que deseja revê-las.

3. Capítulo 2 Cultura Material, Identidade e território: Palmatuba e Ilha de São José

3.1 Cultura material identidade e território

O que vem a ser o material, ou melhor, o que seria cultura material? Os conceitos básicos sobre cultura material estão ligados àquilo que pode ser tocado a “realidade física”, a matéria em si, o oposto do imaterial. A saga da humanidade nos seus poucos milhares de anos de existência está ligada a construções de objetos dos mais variados feitios e funções, desde ornamentos a monumentos, fazendo com que sua cultura transite no mundo material.

De forma geral, podemos dizer que a noção de patrimônio cultural material contempla um conjunto de bens culturais que é portador de referências às identidades, às histórias, às tradições e às memórias das pessoas. Esses bens podem ser classificados segundo sua natureza, ou seja, como históricos, artísticos, arqueológicos, paisagísticos. Paleontológicos e etnográficos. Nessa perspectiva, esses bens podem ser divididos ainda em imóveis, como núcleos urbanos, os sítios arqueológicos, paisagísticos e os bens individuais; e moveis, como as coleções arqueológicas, os acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (Nolasco, 2013, pág. 9). O conceito de Cultura Material vem sendo moldado pelas modificações epistemológicas das ciências humanas, em um longo processo de “conquistas de cidadania” (Peses, 1974). Tomando corpo no bojo da estruturação das ciências sociais em meados do século XIX, o uso de objetos como documentos históricos providenciava o “real”, o “palpável”, a

“concretude” necessária ao discurso da ciência de então (Pregolato, 2006, pág. 8).

Não se pode negar que o material sendo palpável e visível, o torna mais fácil de ser observado e admirado. De fato, quando nos deparamos com alguma estrutura arquitetônica como, por exemplo, as igrejas barrocas de Ouro Preto do século XVIII somos invadidos por um assombro de perplexidade e admiração, seja pela beleza artística ou pela demonstração de opulência e poder da igreja católica.

Os avisos instrutivos simbolizados no monumento, por sua vez, são ditos através de um monólogo: o monólogo do poder. Erigido como símbolo transmissor de ideologias dominantes na história das sociedades, o monumento, como poder transmutado, sobretudo em obra arquitetônica ou escultural, fala por alguns poucos dominantes para uma maioria dominada, da qual a única resposta que se espera deve vir sob a forma de respeito, admiração e até mesmo medo. (Rodrigues, pág.4).

A consciência e percepção de domínio exercido pela cultura material passam despercebidas para a maioria das pessoas. O que é Brasília e seus palácios e monumentos senão a representação de poder daqueles que governam, intimidam e de certa forma controlam os rumos da nação.

O monumento encerra em si uma monumentalidade, a qual, por sua vez, é transcendente, pois ela não é só mais um objeto presente no espaço urbano; ela é idéia, concepção, crença: objetivo simbolizado em objeto-símbolo, mas capaz de viajar no imaginário. Os monumentos diversos (esculturais: em homenagem a pessoas e a fatos históricos; ou arquitetônicos: edifícios, torres, praças, avenidas e planos urbanísticos inteiros) são a própria espacialização de uma idéia, de uma concepção de mundo que procura tanto sua auto-afirmação quanto a subjugação de outras idéias e concepções destoantes. (Rodrigues, pág. 4).

A concepção de cultura material tem, portanto, uma gama de significados, dependendo de seu contexto histórico e social. Histórico por sua capacidade de resistir às artimanhas do tempo devido a sua resistência física o material em si, a rocha, o barro, a madeira, os metais; um passado morto, mas constantemente lembrado pelos seus monumentos e objetos. O social pode ser aquilo que ele representa, sua significância perante uma cultura, agregando valores e funcionalidade ao objeto. Um exemplo claro disso seria o machado para a quebradeira de coco babaçu, ele representa o material a ferramenta que a faz executar uma tarefa, mas esta tarefa representa seu modo de vida, sua cultura e seu sustento. Neste caso o material não possui a opulência de um

monumento histórico mas sua representação social talvez seja maior que a de uma igreja do século XVIII ornada de ouro.

Os objetos então tem essa capacidade de dar significado ao passado e ao mesmo tempo dar significado ao modo de vida de determinada cultura viva, interagindo assim com relações de poder e modos de vidas tradicionais.

Para algumas áreas da ciência como a arqueologia, o material representa sua principal fonte de estudos e consequente tentativa de interpretações de sociedades antigas e em muitos casos agrafas. Assim, a cultura material torna-se a ponta do iceberg, sendo apenas uma ínfima parte a ser vista e tocada no vasto campo do estudo da cultura humana e suas transformações seculares.

O estudo das culturas pré-coloniais brasileiras é baseado principalmente no estudo dos objetos fornecendo a possibilidade de compreensão de sua dispersão pelo território e diferenciações culturais. Dá-se então, relevância a culturas agrafas onde a ausência de documento não sugere a ausência de História, o próprio termo pré-história merece ser revisto, ele adquire uma carga pejorativa visto que a História só acontece a partir da escrita.

O ato de fazer história historicamente esteve atrelado à capacidade dos seres humanos de deixar registros escritos de sua trajetória no mundo, tanto que a sociedade ocidental considera como marco fundador de sua História o surgimento da escrita. Somente a partir da primeira metade do século XX novas abordagens historiográficas (sobretudo da escola dos Annales) questionaram a proeminência desses registros e abriram espaço para a diversidade de fontes. Os historiadores, então, passaram a construir suas narrativas baseadas em outros tipos de registros – imagéticos, orais, sonoros, materiais. (Abud, Silva e Alves, 2013, pág. 1).

Mesmo na sociedade contemporânea baseada na velocidade das conexões e informações, milhões de pessoas vivem à margem dos centros urbanos alfabetizados e conectados a uma cultura de massa onde as interações sociais acontecem numa escala global e em tempo real. Os indivíduos a margem deste processo são aqueles que se encontram também

em uma situação de vulnerabilidade tendo seus territórios e modos de vida constantemente espremidos pela linearidade do progresso.

Mesmo nas sociedades que utilizam a escrita, mantêm-se largos contingentes populacionais à margem das letras e podemos dizer que, em grande parte da história, os iletrados constituem maiorias ausentes das fontes escritas que apenas as descrevem distante e negativamente. Nesse caso, também, as fontes arqueológicas são importantes para os historiadores que procuram ter acesso a segmentos sociais pouco visíveis ou conhecidos. (Funari, 2008, pág. 100).

Dentre esses grupos podemos citar as populações tradicionais ameaçadas por grandes empreendimentos hidrelétricos. Nestes lugares de conflitos temos uma situação clara do discurso entre progresso e atraso, quase que se percebe ali um embate entre a luz e a escuridão onde o alvorecer do progresso tirará aquelas pessoas do atraso, da pobreza, da subsistência, em resumo, das trevas.

Nestes lugares onde a cultura material é representada pela simplicidade de ferramentas como um machado, uma rede de pesca ou uma casa de adobe, a percepção do forasteiro empreendedor é de que aquele povo vive à margem do progresso. Ele não percebe que suas moradias simples e seu modo de vida baseado naqueles objetos também os representam enquanto portadores de uma determinada cultura e modo de vida, ou seja, para o empreendedor a cultura material daquele povo não possui valor algum, sendo simplesmente descartáveis em favor do progresso.

O discurso do estado do Tocantins era trazer para o seu território a produção de energia, convencendo a sociedade sob uma roupagem de desenvolvimento sustentável, gerando empregos para a população local e estadual. Desta forma, viabilizou-se a possibilidade de modernização do estado em contexto sustentável, conquistando e manipulando a opinião pública da mesma forma se tentou fazer com a UHE Estreito, utilizando do poder de convencimento e aproveitando-se de casos particulares onde alguns atingidos conseguiram melhorar de vida, o que não reflete a realidade da maioria. (Sieben, 2012, pág. 69)

Para as populações tradicionais, o ambiente que os cerca é o fornecedor da matéria prima necessária para a perpetuação de sua cultura material. A foice forjada no aço pode ser adquirida fora de sua comunidade que não detém a técnica da forja, mas o cabo que é a extensão de seus braços é

adquirido ali, no mato através da madeira apropriada para tal uso. Assim como as sociedades pré-coloniais faziam o uso das rochas para fabricação de ferramentas, eles sabiam escolher entre diferentes tipos aquelas apropriadas para a fabricação de cada ferramenta específica, desde machados a ponta de lanças. Upiano Bezerra de Menezes exemplifica essa apropriação do meio físico:

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica). (Menezes, 1983, pág. 112).

A cultura material forma então a amalgama social destas comunidades tradicionais. A compreensão do meio que os cerca é de fundamental importância para a reprodução dos seus modos de vida, pois é através dele que se produz seus objetos ou os molda para serem uteis. Como o cabo da foice, o qual demonstra que os objetos podem ser vistos enquanto extensões de seus proprietários. Assim, a afirmação de uma cultura perpassa pelo material, ele é claro não explica tudo, o imaterial os modos de saber e fazer é a outra parte a ser lida, mas na falta do imaterial o material pode ser uma alternativa a compreensão destas sociedades.

Para analisar, portanto, a cultura material, é preciso situá-la como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social. Conforme esse enquadramento, os artefatos — que constituem, como já foi afirmado, o principal contingente da cultura material — têm que ser considerados sob duplo aspecto: como produtos e como vetores de relações sociais. De um lado, eles são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade (e este nível de realidade está em grande parte presente, como informação, na própria materialidade do artefato). De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais. (Menezes, 1983, pág. 112 e 113)

As tradições de um povo estão ligadas aos objetos, sejam eles moveis ou imóveis, dos mais simples aos mais pomposos. Mas quando perdemos

estes objetos, o território, seu lugar de uso, como a rede de pesca que agora fica jogada em um canto qualquer de uma casa de assentamento longe do rio, ou um jacá¹⁹ para transportar coco babaçu sem os babaçuais da vila Palmatuba²⁰ que jazem embaixo d'água (imagem 11).



imagen 11, Jáca utilizado para transporte de coco babaçu na vila Palmatuba. Acervo UNITINS\NUTA (10\03\2008)

Essa é a nova realidade de milhares de pessoas que foram desterritorializadas pelo enchimento do lago da UHE Estreito. Sua cultura material se torna uma lembrança do passado, os objetos passam de vivos e ativos a objetos de memórias, ou nas palavras de Silveira e Lima Filho:

Os objetos fazem parte de um universo criado por nós, ao atribuímos valores simbólicos a eles, recebem uma aura, uma fonte de comunicação que fala sobre quem somos, nosso lugar no mundo. Eles também são “vias de comunicação relacionadas a determinadas experiências culturais” (SILVEIRA e LIMA FILHO, 2005,p.38).São exatamente esses diversos sentidos que os objetos possuem que lhes permitem a capacidade de evocar memórias “e experimentar a tensão entre esquecimentos e lembranças, a partir do contato com a materialidade da coisa e os sentidos possíveis que ela encerra consigo”(Silveira e Lima Filho, 2005, pág. 38)

A partir desta percepção da perda de seu lugar e consequente perda de suas referências, os objetos e suas memórias se tornam as únicas lembranças de sua vida de outrora, seu mundo agora transformado.

“Tudo que é sólido se desmancha no ar” (Berman 1986), a vida moderna que carrega em seu bojo o progresso proveniente da ciência transforma o mundo das pessoas simples, apegadas a terra, ao rio e aos seus

¹⁹ Cesto feito de couro colocado no lombo de jumento usado para transportar objetos.

²⁰ Bairro de Babaçulândia-To, distando 8 km da cidade.

costumes, ou seja, o seu mundo material se desmancha com a marcha do progresso que os engole e digere. Um novo mundo agora transmutado em um outro local de moradia e sustento, enfim, aquilo que era sólido se desmanchou em um lago artificial que agora tem outra serventia, a de gerar energia ao capital produtivo.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. (Berman, 1986, pág. 9)

Nas sociedades tradicionais o patrimônio material é um conhecimento repassado através de gerações, muitas vezes ligado à sobrevivência, moradias, formas de expressão. É um aprendizado que se adquire no trabalho junto aos familiares, observando e fazendo, não há manuais escritos, não se aprende dentro de uma sala de aula, mas sim no seio da comunidade.

Alguns relatos podem corroborar quanto a isso, como o de Dona Raimunda Ferreira Rodrigues, moradora antiga da vila Palmatuba no município de Babaçulândia-TO. Ela conciliou, desde a fase áurea do babaçu os trabalhos de quebra dos cocos e de artesanatos de barro e argila (imagens 12 e 13), ofício esse adquirido com sua mãe como ela relata abaixo:

Eu aprendi com minha mãe, ela era artesã, ela fazia de tudo, panela, fazia bilha, daquelas muringuinhas pequenas, fazia pote, tigela, prato, tudo ela fazia... Então eu comecei a fazer também, eu já estou com cinquenta e cinco anos de casada e depois que eu casei logo comecei a fabricar... Eu vendia pra Tocantinópolis, para Araguaína, para Wandêrlandia, tinha uns compradores certos que compravam na minha mão pra revender. (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, 2008, pág. 272).



Imagens12 e 13, Dona Raimunda Ferreira Rodrigues confeccionando pote de argila, exemplo de cultura material. Acervo UNITNS\NUTA (08\03\2008)

Através deste relato podemos compreender um pouco deste mundo material, onde os conhecimentos, os saberes e fazeres foram adquiridos e transformados em algo materializado, neste caso o artesanato de barro e argila. A matéria prima, o barro, requer um conhecimento específico do meio natural para obtê-lo, e sua transformação final em algo palpável tornando-o passível de ser vendido. Assim, observamos três características destas comunidades tradicionais, conhecimento do meio natural, o material enquanto representação cultural e como forma de sobrevivência.

A perda do território impacta então nas tradições e sobrevivência das pessoas, o local de captação do barro não existe mais, assim se vai com ele a matéria prima e sua consequente transformação em cultura material.

Diante deste cenário de perda territorial e cultural, aqueles que mais sofrem são os mais velhos, os guardiões das memórias constitutivas de sua comunidade, os jovens ainda têm um futuro pela frente, um recomeço, os mais velhos têm mais dificuldades de recomeçar. A perda para eles é irremediável, o tempo não lhes permite mais um recomeço em outro lugar.

Alguns relatos dos moradores da ilha de São José²¹, que foi totalmente submersa pelo enchimento da barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito, são contundentes quanto à perda de seu lugar. Os moradores sentem terem que

²¹ Ilha localizada no rio Tocantins divisa com o estado do Maranhão

deixar o lugar onde vivem há tanto tempo, como se pode perceber no depoimento de dona Adelaide Pereira Carvalho moradora antiga da ilha:

Eu vou lhe contar, esse negócio dessa barragem está me judiando de mais, eu adoeci desde o dia da primeira reunião que fizeram aqui, eu adoeci e nunca fiquei boa desse dia pra cá. Cada dia que passa eu me preocupo... Na minha idéia não terá coisa pior de que o problema dessa barragem para o povo... Aqui tem gente que nasceu e se criou aqui dentro, vive daqui de dentro, trabalha, planta na vazante, coisa e outra, e sair daqui acabou. Sair para uma terra ruim do outro lado do rio vai morrer na míngua... Quem gosta do lugar quer bem igual à mãe da gente né, porque o lugar produz, o lugar ajuda a gente a viver, eu criei todos meus filhos aqui. Nunca passou um dia pra um dizer: Hoje não tem um prato de farinha, nem arroz pros meus filhos comerem... (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, 2008, pág. 278).

Neste relato, percebe-se como as memórias vêm à tona quando se tem a possibilidade real de perda territorial. As remoções compulsórias não são opcionais, são obrigatórias. A fala de dona Adelaide demonstra sua afetividade com o lugar ao compara-lo com uma mãe que cuida e alimenta seus filhos, o outro lugar para onde serão removidos é diferente de uma mãe, não cuida e nem alimenta. Além do mais, essa fala reforça o caráter identitário que o território exerce sobre a vida e cultura das pessoas, perde-lo é o mesmo que apagar um pedaço de suas vidas, ou melhor, afoga-lo no caso da ilha de São José, o reflexo disso é a desestabilização social e sentimento de abandono por parte das autoridades públicas.

Para as populações tradicionais, o território está entrelaçado com sua cultura, memória e identidade, tira-lo é o mesmo que lançar esses povos a um limbo social e psicológico. Santos (2002) afirma que o território é o espaço físico mais a identidade reforçando a importância dele como fator de reprodução social.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2007, pág. 10).

Além do mais, a desterritorialização, a perda do território para além do espaço físico causam como afirma Santos (2002) a desculturalização.

“muitas das coisas que somos levados a fazer dentro de uma região são suscitadas por demandas externas e governadas por fatores cuja sede é longínqua”. Decorrente a atuação das organizações mundiais, ocorre esse processo de adoção de valores e hábitos que descaracterizam a cultura local, daí porque os processos de desterritorialização são também processos de desculturalização (Santos, 2007, pág.62).

Essa via de mão única da marcha do progresso em direção às comunidades tradicionais engole seus territórios, seus modos de vida e sua cultura. De fato, a questão não é somente financeira, para a maioria destas pessoas, diferentemente dos empreendedores, ela envolve uma série de fatores, como o emocional, de pertencimento a aquele lugar. Isso não é levado em conta no processo de desterritorialização, mas aqueles que são desterritorializados carregarão consigo as memórias de uma vida de outrora, do seu lugar de origem.

3.2 A Vila Palmatuba: suas mulheres e seus ofícios

Durante os trabalhos de campo do programa SALTESTREITO, do qual eu participei como integrante da equipe de arqueologia, tive o privilégio de conhecer a vila Palmatuba e alguns dos seus moradores. A descrição da vila e suas paisagens foram feitas por mim em diários de campo durante minha estadia em Babaçulândia entre os anos de 2007 e 2008.

Como a Vila seria totalmente impactada pelo empreendimento, sua área foi vistoriada e seus moradores foram entrevistados para que seus relatos constassem no relatório de impacto ao patrimônio material e imaterial advindos da construção da UHE Estreito.

As entrevistas foram realizadas por uma equipe de historiadores que tinha como objetivo descrever a cultura material e os saberes e fazeres das populações impactadas pela obra. Todos os registros e as entrevistas foram anexados aos relatórios e enviados ao IPHAN e Consórcio Estreito Energia (CESTE). Eu acompanhei esses trabalhos e tive a oportunidade de conviver com as quebradeiras de coco em sua lida cotidiana.

Povoado de Babaçulândia localizava-se a aproximadamente oito km do centro da cidade, outrora denominado de garrancho, devido à abundância desta planta que havia na localidade, teve sua nomenclatura substituída por Vila Palmatuba, em homenagem aos babaçuais que se perdiam no horizonte.

Uma ebulição mantida por comerciantes estabelecidos na Palmatuba (antigo Garrancho) como Félix Santos, Nélson Barros do Amarante e Joaquim Rodrigues, este com loja de tecidos e comprador de amêndoas do babaçu para exportação a Belém; Raimundo de Sousa Costa [...] que vendia para Tocantinópolis os potes de barro fabricados pelo casal Félix Saturnino e Raimunda Ferreira Rodrigues, além de embarcar porcos em balsas para vender em Marabá... (Leandro, 2008, pág.19).

Os babaçuais formavam extensas matas que embelezavam a localidade dando um ar de tranquilidade e sossego, principalmente ao ouvirmos o tilintar das folhas que balançavam com o vento. As casas eram simples dispostas lado a lado em uma única rua de terra, em sua maioria com paredes de barro e cobertas com as folhas da palmeira que o povoado homenageava com seu nome. Não se pode deixar de citar as belas mangueiras que de certa forma abraçavam a vila em plena harmonia com as enormes palmeiras de babaçu (imagem14).

Em 1980 houve uma grande enchente no rio Tocantins que alagou quase por completo a vila Palmatuba, a água subiu cerca de trinta metros segundo os habitantes locais. Hoje a história se repete a vila está debaixo d'água, não por um acontecimento natural, mas pela capacidade tecnológica e ambição humana em transformar um rio livre, corrente, em um imenso lago artificial.

A história das mulheres de Palmatuba se mistura com a do babaçu, ali, desde a infância elas aprenderam um ofício que é passado de mãe para filha: o de quebradeira de coco.

Em um povoado como o de Palmatuba, percebeu-se o apego das pessoas ao lugar, pois as “profissões” lá desenvolvidas foram repassadas de geração em geração. Como exemplo, cita-se as quebradeiras de coco que ensinaram suas filhas o ofício da quebra deste produto, mesmo quando ainda eram crianças. (Sieben, 2012, pág. 19)

A amêndoa extraída do babaçu foi por muitos anos, principalmente entre as décadas de 1940 e 1970, o principal meio de sustento das famílias de Palmatuba.

No início do século XX a importância do babaçu era evidente e assim constituindo as primeiras e pequenas vilas nas margens do rio, a fim de estabelecer um cais onde abarcassem os barcos a motor ou balsas de Buriti (*Mauritia flexuosa*) para fazer o comércio de troca de Babaçu e Malva (*Malva Sylvestris*) pelas mercadorias como querosene, açúcar, roupas entre outras, que eram produzidas em outras localidades (Leandro, 2008, pág. 5).



Imagem 14, babaçuais de Palmatuba. Acervo UNITINS\NUTA (24\03\2008)

Uma dessas famílias é a de dona Maria Zélia Moura da Silva, quebradeira de coco desde os dez anos de idade. Dona Zélia criou seus filhos com a renda obtida a partir do babaçu. Aprendeu o que sabe com sua mãe, assim como ensinou as suas filhas a lida nos babaçuais. Kélia Moura da Silva, a filha mais nova de dona Zélia também aprendeu a entrar na mata para quebrar coco levada por sua mãe aos dez anos de idade (imagem 5).

...Eu comecei a quebrar coco com uns dez anos de idade, minha mãe sempre foi quebradeira e a gente viajava pra mata com ela e lá não tinha essa felicidade que a gente tem aqui hoje não porque lá nós quebrávamos coco era nas terras dos outros e tínhamos que viajar três quilômetros, quatro quilômetros pra ir quebrar coco. Tinha vez que ela juntava lá e quando ela ia não tinha com quem deixar os filhos, meu pai trabalhava, ia pra roça e ela levava todos nós. E aí quando a gente completava a idade de dez anos, já íamos juntado e quebrando coco...(Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, 2008, pág.265).

O trabalho de extração da amêndoa do babaçu não é nada fácil. Primeiro é necessário entrar na mata e chegar até as palmeiras, depois começa o trabalho de cata e seleção dos cocos que estão no ponto é preciso

quebrar, para saber se o coco está “no ponto” é preciso quebrar uma amostra de cada cacho para verificar se a amêndoa está soltando da casca.

Os cocos selecionados são colocados num jacá e transportados no lombo de animais (imagem 15), como por exemplo o jumento, para serem amontados em uma clareira sob o sol, até ficarem secos. Alguns preferem quebrar o coco na mata outros os levam para depósitos em suas casas para só então iniciarem o trabalho de quebrá-los (imagens 16 e 17).



Imagem 15, Kélia Moura da Silva retirando os cocos de babaçu da mata. Acervo UNITINS\NUTA (10\03\2008)



Imagens 16 e 17, Dona Zélia quebrando os cocos e preparando o azeite. Acervo UNITINS\NUTA (08\03\2008)

A maioria dos trabalhadores empregados na quebra do coco babaçu é formado por mulheres. Essa é uma profissão identificada pela maioria das pessoas como feminina, por esse motivo, os homens sentiam vergonha de serem vistos com qualquer instrumento que os identificassem como quebrador

de coco. Costumavam entrar na mata em horários em que não corriam o risco de serem vistos pelos moradores e faziam seu trabalho escondidos, como relata Kélia:

...Os homens daqui antigamente também quebravam o coco pra sobreviver. Dizem que os homens quebravam o coco e chegava lá na cidade com vergonha de entrar no povoadozinho e topar com alguém com um machado nas costas, aí escondiam o machado no mato, os coco, aí depois vinha buscar né. Mas todos quebravam coco de primeiro, os rapazes, os homens casados... (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, 2008, pág. 268).

No período em que fiquei em Palmatuba notei a presença masculina na quebra do coco, não como atividade principal, mas como uma alternativa de renda nos momentos de folga.

Passado o auge da comercialização do babaçu, época em que a amêndoa era vendida a bons preços, o trabalho de quebra de coco diminuiu em Babaçulândia. Entretanto, na Vila Palmatuba muitas famílias ainda viviam de explorar esta palmeira, seja extraíndo azeite ou produzindo carvão a partir da casca do coco.

Algumas das mulheres de Palmatuba encontraram outra maneira de explorar o coco babaçu: o artesanato. A partir da casca do coco elas criaram os mais variados objetos. Depois que perceberam a lucratividade que a atividade proporcionara, as quebradeiras de Palmatuba se organizaram e criaram uma associação. Kélia uma das associadas, conta como começaram a trabalhar como artesãs (imagens 18 e 19).



Imagens 18 e 19, Kélia Moura durante a fabricação de artesanato. Acervo UNITINS\NUTA (28\02\2008)

...essa ideia surgiu assim, nós trabalhávamos só com o azeite e não tínhamos a máquina, a gente pilava no pilão... Então ficamos

conversando: sabe hoje em dia esta tão fácil, será que não conseguiríamos adquirir um triturador pra triturar esse coco, e através do triturador conseguimos essas máquinas que é esse forno aí pra fabricar o artesanato. Foi melhor ainda porque estávamos lutando só para aumentar o azeite, e com a renda do azeite conseguimos ganhar mais, através dessas máquinas que extrai o óleo e fabrica o artesanato... (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, 2008, pág. 270).

As mulheres quebradeiras de coco de Babaçulândia são bastante conhecidas por quem admira e gosta de artesanato não somente no Tocantins como em todo o Brasil. Elas têm uma maneira peculiar de trabalhar o coco do babaçu, transformando o que seria destinado à fabricação de óleo vegetal ou à indústria cosmética em disputados adereços para o corpo ou decoração ambiental (Leandro, 2008, pág. 216).

O artesanato das quebradeiras de Palmatuba passou a ser uma renda extra para essas mulheres, porém, suas iniciativas foram interrompidas com a consequente remoção das famílias de Palmatuba no fim de 2008 quando se deu início ao processo de fechamento das comportas da Hidrelétrica.

Atualmente há uma grande preocupação entre as integrantes da associação: a Usina UHE Estreito vai engolir todo o bairro Palmatuba, que será coberto pelas águas do lago da hidrelétrica de 555 km². Hoje a concentração geográfica é fundamental para o desenvolvimento do trabalho. Como as indenizações foram negociadas separadamente, elas poderão vir a morar distantes umas das outras, dificultando a manutenção da associação e do trabalho artesanal. Até o mês de dezembro todas elas devem mudar-se. E com as novas condições de vida a associação e todo o belíssimo trabalho desenvolvido correm risco (Leandro, 2008, pág. 217).

Os impactos gerados pela emigração forçada e a consequente dispersão geográfica transformaram a vida dos palmatubenses, a vida em comunidade se desfez, assim o modelo homogêneo do capitalismo se impôs e corroe o modelo comunitário de Palmatuba. Os laços sociais, econômicos e culturais foram quebrados.

A vida reterritorializada em outro local distante 100 km de sua antiga moradia impõe outros modos de vida, agora sem os babaçuais a perder de vista, a terra boa onde tudo se plantava e o rio que antes corria livre.

Agora os palmatubenses produzem o espaço do tempo alterado pela UHE Estreito. A comunidade se separou, os laços sociais, econômicos, culturais e afetivos foram desterritorializados. Atualmente estão separados num raio de 100km. Mesmo os que moram próximo, em mesmos bairros, como acontece com a vila Ribeiro em Araguaína/TO, não se comunicam mais, ou o fazem mais

raramente. A vila Ribeiro foi o local escolhido por algumas famílias de Palmatuba desterritorializadas (Sieben, 2012, pág. 204).

3.3 A Ilha de São José: seus sujeitos, suas memórias e seus saberes e fazeres

Assim como na vila Palmatuba, a ilha de São José também foi alvo de pesquisas arqueológicas e de levantamento do patrimônio Histórico cultural e paisagístico, como estava previsto nos contratos firmados entre UNITINS\NUTA e CESTE.

Como em Palmatuba realizei atividades de campo na ilha, entrevistando moradores e vistoriando o local a procura de sítios arqueológicos. Por ser um território diretamente impactado e que ficaria totalmente submerso, as incursões foram constates e ocorreram nos anos de 2007 e 2008.

A ilha localizava-se a cerca de 20 km da sede urbana de Babaçulândia, descendo o rio Tocantins de barco, abrigava, segundo dados da prefeitura de Babaçulândia cerca de 58 famílias.

Abraçada pelo Rio Tocantins e margeada por praias de areia branca pode-se dizer que era um lugar idílico, a terra era boa, preta, a flora diversificada, comandada é claro pelo imponente babaçu.

Seus habitantes levavam uma vida simples, cultivavam ali, mandioca, banana, arroz, feijão, abóbora. Criavam animais como galinhas, porcos e gado, sem falar da abundância de peixes oferecidos pelo rio Tocantins.

O dinheiro era pouco usual, normalmente as trocas comerciais eram feitas por produtos “escambo” entre os moradores. O dinheiro na maioria dos casos só era utilizado quando as pessoas faziam compras fora da ilha, seja em Babaçulândia ou Estreito, para adquirir produtos como café, açúcar, roupas etc. Não havia fronteiras fixas, os limites eram estipulados pelos seus habitantes, que sempre chegavam a um acordo de uso dos espaços sem precisar de intervenção jurídica diferentemente daqueles que viviam fora da ilha (imagens 20, 21, 22, 23, 24 25, e 26).



Imagens 21,22,23,24,e 25, Comunidade da Ilha de São José fazendo farinha. Acervo UNITINS\NUTA (05\03\2008)



Imagem 26, pescadores da ilha de São José. Acervo UNITINS\NUTA (05\03\2008)

Nas sociedades tradicionais, trata-se da mais elementar formulação de uma territorialidade, aquela que depende estritamente dos meios ou recursos fornecidos pela terra, o meio no qual o grupo social está inserido, e que o transforma, assim, num “pressuposto natural divino” da existência humana (Haesbaert, 2007, pág. 195).

Os moradores não sabiam precisar com exatidão quando as primeiras famílias chegaram à ilha. Raimundo Carvalho da Silva, morador a cinquenta e dois anos, lembra que seu avô já possuía criação de gado na ilha: “No tempo dele homem novo, rapaz, ele morou aqui dentro da ilha pra cima, era vaqueiro do velho pai dele, do gado dele” (programa SALTESTREITO 3º relatório semestral, 2008) (imagem 27).



Imagem 27, Raimundo Carvalho da Silva ao lado de sua esposa Adelaide Pereira Carvalho.
Fonte: Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral volume 1 página 275

Ao levarmos em consideração o relato de seu Raimundo, podemos deduzir que estamos falando de uma ocupação de mais de cem anos. Pois, sendo morador a mais de cinquenta anos da ilha e tendo memórias de seu avô que trabalhava como vaqueiro para seu bisavô, temos, através de suas memórias ancestrais uma possibilidade de ocupação que remonta ao fim do século XIX e início do século XX.

A ilha possuía uma grande área de babaçuais e nas décadas de 1950 a 1980 era uma das grandes fornecedoras de babaçu da região. Seu Raimundo lembra como era o comércio de babaçu na ilha:

...Vixe! Na década de cinquenta, sessenta, por aí assim, tinham pessoas que compravam até uma tonelada de babaçu por dia, aqui

dentro dessa ilha, já quebrado. Aqui todo mundo vivia da quebra do coco, a maioria do povo. Alguns Trabalhavam de outras coisas, de roça, de vazante, fazíamos de tudo. Mas a principal renda era o babaçu... (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, 2008, pág. 276).

No período em que visitei a ilha, o babaçu ainda era uma opção para a subsistência dos habitantes seja na retirada do azeite ou na fabricação de carvão para uso próprio ou para a venda nas feiras de Babaçulândia ou Estreito. As folhas da palmeira também eram utilizadas como cobertura das casas, atestando a polivalência da palmeira para os habitantes locais.

O carvão adquirido a partir da casca do coco babaçu era o principal meio de combustão utilizado para o preparo dos alimentos, praticamente todos os moradores sabiam fabricar o carvão de coco babaçu. Dona Natalina Coelho de Araújo, moradora da ilha, disse que: “utiliza o carvão do coco fabricado por ela a mais ou menos 15 anos, nunca o fez para vender, segundo seus relatos ela aprendeu a fabrica-lo com os moradores mais antigos da ilha” (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, 2008) (imagem 28).



Imagem 28, Dona Natalina fazendo Carvão. Acervo UNITINS\NUTA (12\12\2007)

Na minha passagem pela ilha percebi que boa parte dos habitantes tratavam de sua saúde sem recorrer a tratamentos de fora. O conhecimento sobre ervas medicinais era corriqueiro principalmente entre os mais velhos,

garrafadas, chás, unguentos eram os mais utilizados para tratar as enfermidades.

Os mais velhos relataram também que era comum as visitas dos marreteiros, espécie de comerciante que vendia remédio. As doenças mais comuns entre os moradores eram a gripe e a malária. Mas nem o cesão, nome como era conhecida a malária, fazia com que as pessoas buscassem tratamento nas cidades, usavam um medicamento chamado Quinino.

...Sempre tinha gente por aqui que vendia remédio... Tinha remedinho assim tipo uma farmácia... Naquele tempo o povo só adoecia de gripe e de uma febre que dava o nome de cesão, naquele tempo eles tomavam aquele tal de Quinino, amargava feito fel... (Programa SALTESTREITO, 3º relatório semestral, 2008, pág. 277).

3.4 Dona Raimunda: a parteira da ilha

Moradora da ilha há 57 anos, dona Raimunda Maria Soares, mulher ativa de cabelos brancos e de fala fácil, era muito respeitada na ilha pelo seu ofício de parteira. Começou na década de 1950 a ajudar sua comadre, Ana do França a realizar partos com quem aprendeu seu ofício (imagem 29).



Imagem 29, Dona Raimunda Parteira. Fonte: Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral volume 1 página 280

Eu ajudava uma comadre minha, ela era uma parteira muito boa, aí quando ela ia fazer o parto ela gostava de me chamar, foi me ensinando, porque que ela já estava de idade. Ai ela disse: Ó minha comadre eu estou lhe ensinando porque uma hora que eu não tiver presente aí é desse jeito assim, assim, assim (Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral, 2008, pág. 280).

Dona Raimunda relembra que já era mãe de família quando fez o primeiro parto sozinha.

Agora, depois de eu ser mãe, por que foi o jeito, eu não era incumbida de fazer os partos. Mas quando aconteceu um dia, meu menino ficou mais uma sobrinha, foram atrás da mulher, aí quando chegaram lá eu já tinha feito o serviço, aí eles deram fé de mim pronto...eles começaram a dar fé de mim e assim tinha dia de eu fazer dois, três parto num dia só. Só dava tempo de eu chegar à minha casa, já tinha outro já me esperando (Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral, 2008, pág. 281).

A parteira da ilha contou quais os cuidados essenciais que se deveria ter com a mãe e com a criança recém-nascida. “Banhava a criança, dava o banho de asseio na mulher, é desse jeito... O umbigo da criança, eu cortava ele, atava, bem atado, cortava e pronto” (Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral, 2008, pág.281).

Dona Raimunda relatou também como fazia nas situações em que os partos eram difíceis de serem feitos.

“Só fazia com jeito aí... Empurrava os quartos do menino, ou cabeça, e quando ele vinha outra vez ele vinha direito... sentia que ele estava atravessado, botava na posição, aí quando a dor vinha ele vinha direitinho, graças a Deus” (Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral, 2008, pág.281).

Dos vários partos que realizou, dona Raimunda considera que apenas um foi bastante complicado, ocasionando o falecimento da gestante e da criança. Ela fez questão de relatar os fatos que antecederam o acontecimento.

De umas 160 a 170 crianças que eu já peguei, só morreu uma mulher que eu estava labutando, mas agora eu vou lhe explicar Como foi. Essa, porque foi praga de pai e cigano... Chegou um cigano lá na casa deles e acamparam lá... Aí, vem uma mulher cum uma vasilha: É dona me da aí um caldinho pros meninos ali, aí ela tirou um pouco do de comer e botou naquela vasilha, ela entro pra lá. O menino comeu pra lá, depois de um tempo lá veio de novo, tornou a pedir. Aí ela tornou botar aí ela foi, voltou, nas três vezes que ela veio, pediu de novo, ela foi reclamar, disse: Mas ô mulher eu vou ficar sem comida, você carrega meu de comer todinho, aí bastou isso. Aí a cigana jogou praga nela, disse que ela estava gestante de duas crianças, ela só tinha um o outro ela não tinha e aconteceu e o pai também disse, falo em vida não em morte, o pai disse que também jogou praga, pois é... Acabou morrendo mesmo de parto, pois é, mas os outros, graças a Deus (Programa SALTESTREITO 3º relatório semestral, 2008, pág. 281).

Gerações inteiras nasceram pelas mãos de dona Raimunda, seus conhecimentos adquiridos ali na ilha através de sua comadre Ana do França são indelévels. Graças a ela, durante anos as mulheres de São José tiveram seus filhos sem precisar recorrer a cuidados médicos de fora de sua ilha.

Por onde anda dona Raimunda, será que está no assentamento Baixão, será que está viva, essa resposta eu não tenho. Mas uma coisa é certa, os filhos de São José que vieram ao mundo pelas suas mãos continuam lutando por seus direitos apesar de tudo que perderam, seu território e seus modos de vida.

3.5 Que fim tiveram os moradores da ilha

A saída dos habitantes da ilha causou uma imensa desordem social. Os maiores impactos são medidos na perda de seu território ancestral, no seu modo de vida e das suas memórias, esses impactos não podem ser mesurados ou calculados. Uma coisa que pude perceber no tempo em que convivi com essas pessoas foi a desolação e tristeza de terem que deixar sua ilha, que como muito bem disse dona Adelaide, é como uma mãe que cuida dos seus.

As famílias desterritorializadas da ilha foram remanejadas para um assentamento (assentamento Baixão), localizado a cerca de 20 km de Babaçulândia, nas margens da estrada que vai para Araguaína. O local de reterritorialização não se parece em nada com o antigo território ilhéu, fica distante do rio Tocantins, a terra não é boa, a água não é abundante.

O Reassentamento Coletivo Baixão constitui-se em um “reassentamento” para os atingidos, como medida mitigatória em compensação ao deslocamento dos moradores da ilha de São José. Muitos moradores da ilha tinham a escritura de suas terras e viviam lá há mais de 50 anos. Ou seja, existiam vínculos legais e, principalmente, subjetivos, constitutivos de pertencimento às suas propriedades, às suas benfeitorias e à natureza (Carvalho, Sieben, 2018, pág. 31).

Neste novo território tentam refazer suas vidas. Um recomeço, os órfãos de São José terão um futuro incerto pela frente. Um futuro moldado pelas forças superiores do capital que desterritorializa e reterritorializa populações inteiras sem levar em consideração sua cultura e modo de vida.

4. Capítulo 3 Arqueologia de Salvamento e a cultura material do sítio arqueológico Remanso

4.1 Breve histórico da arqueologia de contrato no Brasil

A chamada arqueologia de salvamento ou de contrato é relativamente recente no Brasil. Essas atividades estão atreladas às legislações que sofreram alterações com o passar do tempo, fazendo com que as pesquisas ligadas à arqueologia também alterassem suas teorias e metodologias.

A Arqueologia de Contrato é fruto de leis em diferentes países que visam proteger os bens e os patrimônios arqueológicos. No Brasil, essa legislação tem sua data inicial em 30/11/1937, quando foi assinado o Decreto-Lei número 25, que organizava a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Caldarelli, Santos, 1999-200, pág.54).

A primeira iniciativa de proteção legal ao patrimônio arqueológico brasileiro data de 1937, através do decreto lei número 25.

A proteção legal aos bens arqueológicos brasileiros data de 30/11/1937, quando foi assinado o Decreto-Lei no 25, que organizava a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em cujo art. 1º se dizia: “constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Caldarelli, Santos, 1999-200, pág. 54).

Porém, a legislação de 1937 se restringia ao patrimônio já tombado, não abarcava os bens arqueológicos, principalmente os pré-coloniais e os relativos a comunidades marginalizadas como antigos quilombos, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Lembremos que em 1937, o Brasil estava em pleno Estado Novo de Vargas. Os conceitos de formação de uma identidade nacional estavam conectados a uma política nacionalista que flertava com o fascismo de uma forma abasileirada. Tanto que em 34 as discussões pertinentes sobre o currículo de História, encabeçados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) estavam calcados na formação de cidadãos de caráter e com ímpeto nacionalista.

Nos anos 1930 a forte influência do nacionalismo deu um novo ímpeto para a história e o patrimônio: o ideal colonial deveria servir para a construção da nação. O período colonial foi escolhido como aquele definidor da sociedade brasileira, em particular durante o período da ditadura fascista do Estado Novo (1937-1945), mas a arqueologia como uma atividade acadêmica começou nessa época como uma reação contrária ao autoritarismo (Funari, 2013, pág.7).

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) participou dos debates, recebeu e expediu notificações e serviu de reação à perspectiva universalista. Em 1934, Max Fleiuss, secretário-geral do IHGB, expôs em memorial as razões para a inclusão da História do Brasil no curso secundário; alegava que a exclusão poderia originar um povo órfão de caráter (FLEIUSS, 1934 apud RESNIK, 1992). A.F.Cesarino Jr, membro do IHGB, profere palestra nesta instituição em defesa da reinclusão da cadeira de História Pátria para cimentar a unidade cultural da população brasileira (Moreira, 2016, pág. 728).

O próprio plano nacional de educação (PNE) trazia em seu bojo o discurso nacionalista e conservador, enaltecendo o governo centralizador de Vargas.

O caráter conservador do PNE aprovado pelo CNE ganhou força com o Estado Novo mostrando-se fundamental nas campanhas em prol do ensino de História do Brasil. Os apelos a “Pátria” e ao “patriotismo”, centrais no discurso estado novista, contribuíram para redirecionar o ensino de História (Moreira, 2016, pág. 728).

Evidentemente os povos tradicionais não se enquadrariam no panteão dos heróis nacionais, relegando-os a coadjuvantes na formação do povo brasileiro. Assim, os monumentos e figuras históricas se restringiam a grupos dominantes com alguma afinidade com a máquina estatal.

Diante deste panorama, a arqueologia também teria suas bases acadêmicas voltadas para uma política centralizada em sítios que enfatizassem a História do Brasil enquanto uma construção etnocêntrica baseada no colonizador europeu. Os artefatos das populações pré-coloniais e indígenas eram apenas coleções etnográficas exóticas exibidas em museus.

Os autores didáticos da época enfatizam a religiosidade católica permeada pela supremacia branca sobre outros povos. Tinham como pano de fundo os conceitos de harmonia social e racial encabeçados pelo catolicismo que de certa forma funcionava como um equalizador das tensões sociais.

Desse modo, os autores didáticos exaltam primordialmente o momento atual, a Era Vargas, em que a Revolução de Outubro de 1930 aparece como “inevitável reação nacional” configurando-se como o “maior e o mais importante acontecimento da nossa história

política”. E o “Estado Novo” como uma tomada de poder afim de estabelecer a paz, a harmonia e a tranquilidade social. A relação entre a passividade e o catolicismo é percebida em ambos os livros. Tanto Serrano quanto Silva são assumidamente católicos. O tema da escravidão aparece sob o título “Abolição” e a narrativa predominante é a da cordialidade entre negros escravos e senhores brancos e a sujeição dos negros à escravidão que, ao contrário dos índios, não fugia. A questão dos Quilombos é amenizada, pois não há espaço para narrativas que destaquem revoltas e guerras (Moreira, 2016, pág.740).

Apesar da Escola dos Annales está em expansão com relação ao pensamento positivista o currículo de História no Brasil ainda tem seus programas fortemente influenciados pelo positivismo. O reflexo disso são os programas de História ainda baseados em uma noção de identidade nacional pautada em feitos históricos que exaltasse os dominantes como formadores do alicerce da nação.

Deslocada dos livros didáticos e conseqüentemente da História brasileira, a arqueologia se configurava no ramo das coleções etnográficas e incursões isoladas pelo território nacional a procura de sítios arqueológicos.

Diante deste cenário, a arqueologia seria uma ciência limitada, dependente de financiamentos públicos com poucos estudos de campo e circunscrita a coleções museológicas principalmente no Museu Nacional. Soma-se a isto, a dependência de teorias e de pesquisadores estrangeiros notadamente os franceses como Paul Rivet, Joseph Emperaire e Annette Laming Emperarie.

A partir da década de 1950, os debates sobre os rumos da arqueologia brasileira ganham impulso com a criação da Comissão da Pré-história em 1952, encabeçada por Paulo Duarte. O objetivo central da comissão era criar ferramentas através de leis para proteção e preservação dos sítios arqueológicos brasileiros, até então órfãos de uma legislação específica que os protegessem.

A Comissão de Pré-história, criada em 1952 por Paulo Duarte com o objetivo de proteger os sítios arqueológicos, acabou gerando discussões e a aprovação da Lei 3924/61 pelo Congresso, em 1961. A lei trata dos "monumentos arqueológicos e pré-históricos" e estabelece sua proteção pelo Estado, não sendo sujeitos às normas gerais de propriedade privada. Os sítios arqueológicos, em geral, são

considerados monumentos. Assim, é proibida sua destruição, bem como seu uso econômico. Os sítios passam a ser considerados bens da União. A lei também menciona escavações arqueológicas e a necessidade de criar um registro dos sítios controlados pela instituição competente (SPHAN). A mesma lei também define a produção de um relatório arqueológico e os cuidados necessários à guarda dos acervos gerados com as pesquisas (Funari; Robrahn-González, 2008 pág.32).

A partir de 1961, o governo brasileiro institui os sítios arqueológicos como patrimônio cultural da nação, estes passam a ser protegidos pela Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961. Com essa proteção legal, a arqueologia passa a ter uma maior atuação no que concerne as trabalhos e pesquisas de campo e a partir da década de 60 temos a criação do PRONAPA (Programa nacional de pesquisas arqueológicas) em parceria com o Smithsonian Institution sediado em Washington D.C. sob o comando de Clifford Evan e Betty Meggers.

O PRONAPA nasce atrelado ao contexto da guerra fria e ditadura militar no Brasil. Sua atuação enquanto proposta de pesquisa arqueológica estava intimamente ligado ao interesse daqueles que o financiava, os Norte Estadunidenses, com a conveniência do governo militar instalado no poder.

Seus propósitos eram particularmente estratégicos territoriais com uma pitada de superioridade cultural. Os trabalhos se restringiam a catalogação e documentação da cultura material dos povos nativos brasileiros, tidos como atrasados e desprovidos de tecnologias mais avançadas em relação a outros povos contemporâneos, como argumenta Funari (2013):

Os princípios teóricos e empíricos eram muito reacionários e anti-humanistas, promovendo o conceito de que os povos nativos eram preguiçosos e o país pobre devido às condições naturais. Os cinco primeiros anos (n. 1965) foram seguidos por um segundo período na bacia amazônica (Pronopaba). Durante esse longo governo ditatorial, uma rede de arqueólogos criada nessas circunstâncias nefastas moldou o campo, dificultando a liberdade e o humanismo (Funari, 2013 pág.8).

A partir dos anos 80, com o processo de redemocratização e criação de novas leis referentes aos trabalhos relacionados à arqueologia, temos o início dos grandes e vultosos contratos entre empreendimentos de engenharia e os chamados licenciamentos ambientais. A arqueologia enquanto parte dos EIA

(Estudo de impactos ambiental) como obrigação contratual para se ter as devidas licenças de instalação e operação.

A resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986, define a avaliação do impacto ambiental como um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, que irá causar grandes impactos em uma determinada área como determina seu artigo primeiro:

Art. 1º Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais (RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549).

A arqueologia brasileira entra então na era dos grandes empreendimentos altamente capitalizados. Nesta nova era surgem às empresas privadas de arqueologia, especializadas em salvamento arqueológico com grande injeção de capital para esse fim.

A expansão da arqueologia no país remonta a 1986, quando uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) determinou que a atividade fizesse parte dos estudos de impacto ambiental. Até então, ela era restrita à pesquisa acadêmica e somente o setor de energia elétrica era obrigado, por lei, a contratar arqueólogos de universidades ou museus para resgatar materiais de sítios que pudessem sofrer danos em obras, principalmente de hidrelétricas (Pierro, 2013, pág.2).

Dentro desta perspectiva temos que diferenciar duas categorias de pesquisa arqueológica no Brasil, a acadêmica e a de contrato.

A pesquisa arqueológica acadêmica é associada a intuições de pesquisa ligadas às universidades ou institutos. O foco da pesquisa é acadêmico normalmente associado ao desenvolvimento de dissertações de mestrado ou teses de doutorado. Seu tempo e espaço de pesquisa privilegiam escavações de longa duração com trabalhos minuciosos e direcionados a produção científica.

Já a arqueologia de contrato é um trabalho meramente contratual. Com ela, as exigências impostas pela legislação brasileira obrigam o empreendedor a realizar a retirada dos bens arqueológicos que porventura possam ser destruídos por algum tipo de empreendimento, rodovias, ferrovias, hidrelétricas, projetos de mineração etc. O artigo segundo da resolução CONAMA de 1986 especifica tais empreendimentos passíveis de licenciamento.

Art. 2º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA¹⁵⁷ em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como: I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento; II - Ferrovias; III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; IV - Aeroportos, conforme definidos pelo inciso 1, artigo 48, do Decreto-Lei nº 32, de 18 de setembro de 1966¹⁵⁸; V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários; VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV; VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem¹⁵⁹ para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barragens e embocaduras, transposição de bacias, diques; VIII - Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão); IX - Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração; X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos; ¹⁵⁶ Decreto revogado pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. ¹⁵⁷ A Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, vinculada ao Ministério do Interior, foi extinta pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. As atribuições em matéria ambiental são atualmente do Ministério do Meio Ambiente. ¹⁵⁸ Decreto-Lei revogado pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. ¹⁵⁹ Retificado no Boletim de Serviço do MIN, de 7 de março de 1986 XI - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW; XII - Complexo e unidades industriais e agro-industriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos hidróbios?)¹⁶⁰; XIII - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI; XIV - Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental; XV - Projetos urbanísticos, acima de 100 ha ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes estaduais ou municipais¹; XVI - Qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, em quantidade superior a dez toneladas por dia. XVI - Qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a dez toneladas por dia. (nova redação dada pela Resolução nº 11/86) XVII - Projetos Agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha. ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental. (inciso acrescentado pela Resolução nº 11/86) XVIII - Empreendimentos potencialmente lesivos ao patrimônio espeleológico nacional. (inciso acrescentado pela

Resolução nº 5/87) Art. 3º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação da SEMA, o licenciamento de atividades que, por lei, seja de competência federal. (Revogado pela Resolução nº 237/97) (RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, págs. 2548-2549).

Portanto, a arqueologia de contrato possui tempo de pesquisa definido em contrato firmado com o empreendedor, o que torna o trabalho mais célere com relação em a arqueologia acadêmica.

A arqueologia praticada na academia geralmente parte de um problema, que pode ser resolvido a longo prazo. Algumas linhas de pesquisa chegam a durar décadas, preocupadas apenas com questões de fundo científico. Já a arqueologia empresarial, além dos prazos mais curtos, está atrelada a um contexto maior, que envolve os meios biótico, cultural, social e econômico (Pierro, 2013, pág.2).

No decorrer dos anos 2000, no bojo do crescimento econômico brasileiro, a arqueologia de contrato se expande a tal ponto que a maioria dos pedidos de portaria de autorização de pesquisa emitidas pelo IPHAM passam a ser para instituições privadas. No ano de 2013, 95% das portarias de pesquisa foram para instituições privadas e 5% para instituições públicas.

Sob o apelido de arqueologia de contrato, ou preventiva, a atividade é praticada por mais de 50 empresas e é responsável por 95% dos projetos arqueológicos registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão encarregado de fiscalizar o setor. Somente 5% dizem respeito a pesquisas em universidades (Pierro, 2013, pág.2).

No Estado do Tocantins, as pesquisas arqueológicas tiveram início ainda na época em que o mesmo fazia parte do Estado de Goiás. Na década de 1970, com o programa arqueológico de Goiás, este que fora proposto em 1972, numa colaboração entre a Universidade Católica de Goiás, Instituto Anchietano de Pesquisas e Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Esse momento correspondia justamente à época imediata a implantação do PRONAPA²².

²² Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (1965-1971).

O programa tinha como objetivo traçar um primeiro panorama do período pré-histórico na região litorânea brasileira, podendo ser considerado pioneiro nas investigações arqueológicas no Brasil.

O programa se expandiu pelo interior do País, influenciando estudos que se subdividiram em três subprogramas: Amazônia Legal; Serra Geral; e Centro Sul de Goiás. O atual território do Tocantins foi contemplado pelo subprograma Amazônia Legal, por meio de três projetos: Ilha do Bananal; Médio Tocantins e Extremo Norte.

O projeto extremo norte tinha por objetivos a obtenção de elementos que permitam estabelecer as conexões entre culturas do baixo Amazonas e as nordestinas com as culturas do centro sul do país, seus processos e configurações através dos tempos (Schmitz, 1984, pág. 07).

No decorrer dos anos 90, a arqueologia de contrato de expande na esteira dos empreendimentos de infraestrutura e energia, como rodovias, ferrovias, linhas de transmissão e hidrelétricas. Somente no NUTA foram executados 13 projetos de arqueologia ligados a esse tipo de empreendimento, todos no Tocantins. São eles, UHEs e PCHs: Programa SALTESTREITO, Projeto SALTAREIAS, Projeto SALPALMEIRAS. Linhas de transmissão: Projeto SALTMINS, Projeto SALTMISA, Projeto SALTINS, Projeto SALTMAR, Projeto SALTUHE. Infraestrutura: Projeto SALTENS etapas I, II, III e IV, Projeto SALTPONTE I e II, Projeto SALTOVIA BR 010, Projeto SALTOVIA BR 242.

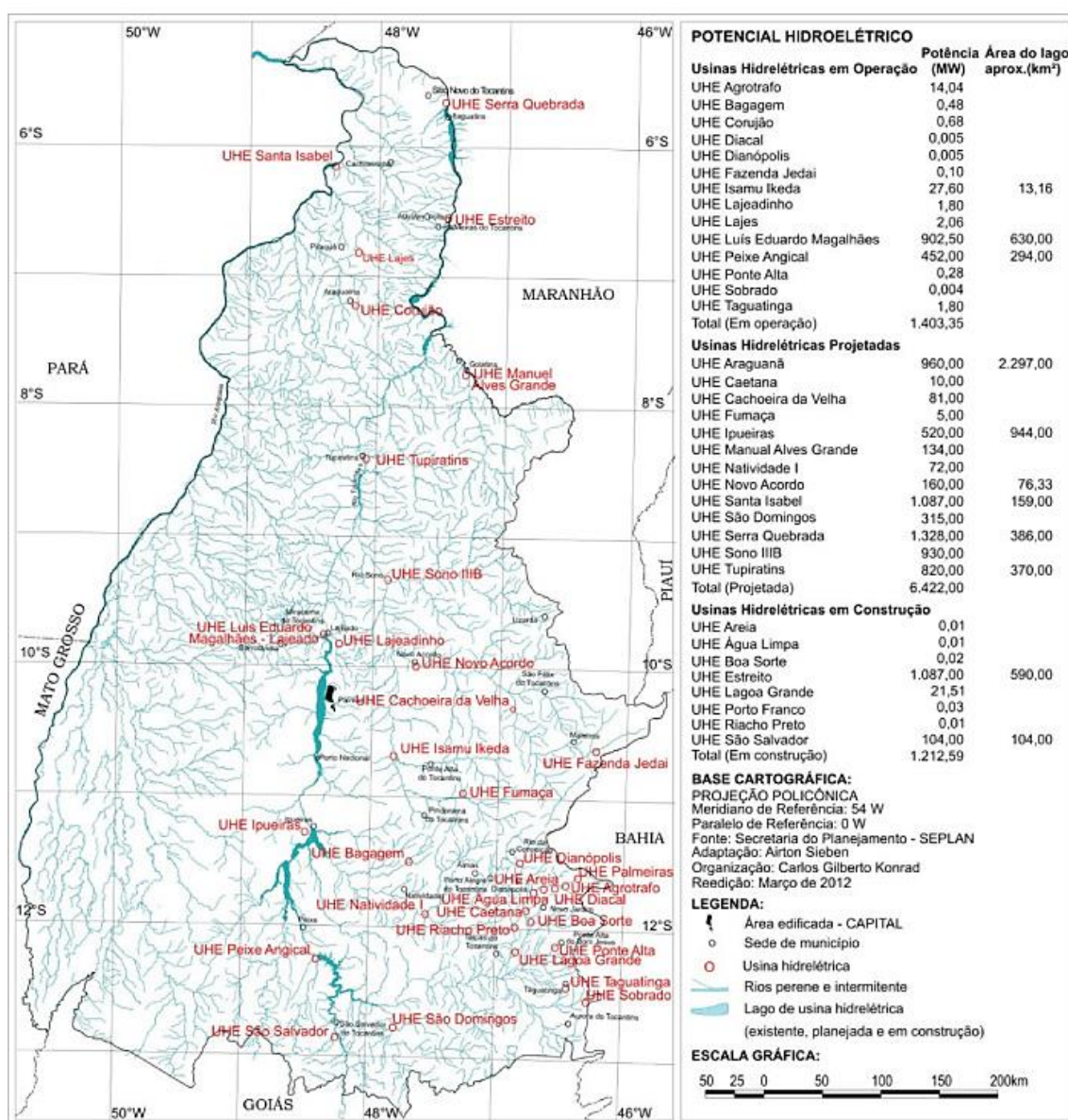
Nos dias de hoje, raramente temos instituições públicas envolvidas em salvamento arqueológico ligados a grandes empreendimentos de engenharia. Salvo raras exceções, essas, atuam quase que exclusivamente na arqueologia acadêmica ou fornecendo endosso institucional, que é uma espécie de apoio oficial a empresas privadas de arqueologia para que estas cumpram junto ao IPHAN os requisitos legais para executar seus trabalhos. E consequentemente possam ter também a garantia de guarda de acervo se porventura for encontrado algum sítio arqueológico na área do empreendimento.

4.2 As Usinas Hidrelétricas no rio Tocantins e o salvamento arqueológico

Visto com grande potencial energético, o Rio Tocantins passou a ser alvo de grandes empreendimentos hidrelétricos, assim como também vasto campo para a arqueologia de contrato.

Ao todo, quatro usinas se encontram em plena operação contando somente aquelas instaladas no percurso do rio que corta o estado do Tocantins. São elas de montante a jusante: São Salvador, Peixe-Angical, Luís Eduardo Magalhães e Estreito (mapa1).

Figura 02 - Potencial hidrelétrico do estado do Tocantins



Fonte: SEPLAN, 2008 Adaptado por Sieben, A. e Konrad, C. G. 03/2012

Todos esses empreendimentos se enquadraram na resolução CONAMA de 1986 e por sinal foram incluídos no salvamento arqueológico.

Lembremos que esse tipo de empreendimento sempre é acompanhado do discurso do desenvolvimento em detrimento do atraso. As propagandas vinculadas pelo estado e empresas são sempre atreladas à necessidade de se gerar empregos e produzir energia para que a região se industrialize e saia de seu atraso econômico histórico.

A implantação dessas construções se apoiou no discurso desenvolvimentista do Estado, que propunha superar o atraso secular de uma região, promover a industrialização e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Convém lembrar que esse discurso remonta ao período colonial e aos primeiros movimentos divisionistas do Estado de Goiás, no século XIX atraso do antigo norte de Goiás, hoje Tocantins, é recorrente em quase todos os estudos que abordam a criação do Estado, uma vez que foram as várias interpretações de atraso e de abandono da região que justificaram a idéia de divisão do Estado de Goiás. Defendia-se o desenvolvimento do norte de Goiás como uma forma de minimizar as disparidades regionais brasileiras (Parente; Miranda, 2014, pág.559).

A primeira grande usina a ser instalada no estado do Tocantins, mais precisamente no rio Tocantins, foi a Luís Eduardo Magalhães cujas obras se estenderam entre os anos de 1998 a 2002, entre os municípios de Lajeado e Miracema região central do Estado. A área impactada pelo enchimento do reservatório corresponde a cerca de 630 Km², impactando o território de 6 municípios.

A construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães foi iniciada em 1º de julho de 1998, em uma área de 3,5 km² no município de Lajeado (TO), a 50 km de Palmas. O reservatório formado com a construção da usina tem uma extensão de 170 km e abrange uma área total de 630 km², atingindo os municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinhos de Nazaré e Ipueiras (Parente, Miranda, 2014, pág.559).

Os procedimentos de licenciamento (licença de instalação emitida em 1998) e o acompanhamento da UHE Lajeado foram realizados pelo órgão estadual, Naturatins, contrariando a legislação que trata desta questão, que por se tratar de empreendimento em um rio federal, deveria ter sido conduzido pelo IBAMA. Esse fato apresentou um efeito importante na estruturação regional de grupos de discussão na época, porém como ocorreu praticamente em concomitância com a organização do estado do Tocantins criado em 1989, reflete atualmente na limitação de acesso ao processo, pela dificuldade do Estado em organizar seus arquivos. O EIA e o RIMA, de Lajeado foi elaborado pela Themag Engenharia. Esse empreendimento implementou 32 PBAs (Lima, 2020, pág. 63).

Cerca de 6.480 pessoas foram afetadas pelos deslocamentos compulsórios entre populações rural e urbana.

Dentre os estudos prévios, o de viabilidade realizado, em 1996, pela empresa de consultoria Themag resumiu os dados do diagnóstico social e econômico promovido diretamente nas áreas, direta e indiretamente, afetadas pelo empreendimento. O documento produzido por essa empresa registrou os seguintes dados: a área a ser inundada seria da ordem de 75 mil hectares; no processo de construção, 1.526 famílias seriam afetadas, sendo 997 na área rural e 529 em áreas urbanas, totalizando 6.483 pessoas. Esse mesmo documento cita que 90% das pessoas que viviam na área rural ouvidas durante o estudo de viabilidade - utilizavam o rio para pescar (Parente, Miranda, 2014, pág.559).

Os trabalhos de salvamento arqueológico na área impactada pela UHE Luís Eduardo Magalhães ficaram a cargo da Universidade de São Paulo (USP) sob o comando do MAE\USP em contrato firmado entre esta instituição e a responsável pela obra da UHE INVESTCO S.A.

As pesquisas estavam vinculadas ao “Programa de Resgate Arqueológico da UHE do Lajeado” (PRAL), sob coordenação do Prof. Dr. Paulo de Blasis e da Prof. a Dra. Erika Marion Robrahn-González. Este programa foi o resultado de um contrato firmado entre INVESTCO, empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Lajeado e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE\USP), instituição também responsável pelo estudo de Impacto Ambiental (EIA\RIMA) para a sua construção (Morales, 2005, pág.4).

Durante as etapas de campo das pesquisas arqueológicas, foram identificados 311 sítios arqueológicos: 153 líticos²³, 108 cerâmicos²⁴, 12 lito-cerâmicos²⁵, 26 rupestres, 10 de gravuras e 2 históricos. Desse total, 146 foram alvo de intervenções arqueológicas (Morales, 2005).

As datações realizadas pela USP revelaram um período de ocupação do território tocantinense relativamente antigas. Segundo as datações realizadas através do carbono 14, temos vestígios humanos de cerca de 12.000 AP, sugerindo a ocupação no chamado período antigo.

De Blasis e Robrahn-González (2003) denominaram “período antigo” aquele que compreende as datações que podem se iniciar em 12.000 anos atrás, quando calibradas, e podem chegar a até 9.000 anos atrás (Morales, 2005, pág. 14).

²³ Locais onde se faziam ferramentas utilizando a rocha.

²⁴ Locais onde são encontrados fragmentos de vasilhames de cerâmica.

²⁵ Sítios arqueológicos com material cerâmico e lítico no mesmo espaço.

Todo o acervo cultural material resgatado pelo MAE\USP proveniente da UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se arquivado no Núcleo Tocantinense de arqueologia (NUTA) em Porto Nacional. A guarda desse acervo foi fruto de um acordo firmado entre o Ministério Público Federal, USP e UNITINS para que os vestígios arqueológicos retornassem ao seu Estado de Origem.

A usina hidrelétrica de Peixe-Angical situa-se no sul do Estado, instalada em terras que pertencem ao município de Peixe, sua construção se entendeu entre os anos de 2002 e 2006. As obras ficaram a cargo de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS e Grupo EDP\Energias de Portugal.

Iniciada em abril de 2002, a construção da usina hidrelétrica de Peixe Angical ficou interrompida por cerca de um ano até ser retomada em outubro de 2003, com a entrada de FURNAS na Sociedade de Propósito Específico Enerpeixe, hoje formada pela Energias do Brasil (Grupo EDP /Energias de Portugal), com 60% de participação, e FURNAS, com 40%, totalizando investimentos de R\$ 1,6 bilhão (FURNAS Centrais Elétricas, Disponível em: <https://www.furnas.com.br>).

O licenciamento da UHE Peixe Angical foi conduzido pelo IBAMA/TO, e os estudos do EIA e o RIMA foram realizados pela Themag Engenharia, sendo implementados 25 PBAs, com a licença de instalação emitida em 2002 (Lima, 2020, pág.63).

Ao todo, o lago da usina impactou uma área de cerca de 294 km² atingindo territórios de três municípios, Peixe, Pananã e São Salvador.

Os municípios de Peixe, São Salvador e de Pananã, situados às margens do Rio Tocantins foram os principais municípios atingidos direta e indiretamente pela construção da UHE Peixe Angical, sendo que a cidade de Peixe está localizada a jusante da usina. Com a construção da barragem formou-se um reservatório que opera a fio d'água, possuindo uma área de 294 km² e extensão de 120 km, a barragem apresenta 39 m de altura e 6,2 km de extensão, contando com uma escada para transposição de peixe, na sua ombreira direita (Souza; Marques; Miranda; Araujo, 2016, pág. 122).

Foram impactadas pelo enchimento do reservatório da UHE entre 279 e 1.000. Esses dados são oriundos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nos sites da ENERPEIXE, atual operadora da usina. Não há nenhuma menção aos atingidos, quantos são e pra onde foram.

Os povos ribeirinhos, que antes moravam comunidades rurais onde mantinham contato direto com o rio Tocantins, foram obrigados a abandonar suas casas para permitir a formação do reservatório da hidrelétrica. Realocados nos assentamentos Piabanha I, Piabanha II, Buriti Piabanha, Santa Cruz e Jataí, além de glebas rurais, sofreram drásticas alterações em suas sistemáticas de vida, desde o contato

com o ambiente às relações de trabalho, sociais e de lazer e culturais, afetando até mesmo seus hábitos alimentares (Maldaner; Akama, 2019, pág. 32).

A pesquisa arqueológica realizada na área impactada pelo reservatório da UHE Peixe-Angical identificou 120 sítio arqueológicos. Os trabalhos de salvamento arqueológico ficaram a cargo de uma empresa privada especializada neste tipo de trabalho, a DOCUMENTO Patrimônio Cultural-Arqueologia e Antropologia.

O Programa de Pesquisa e Resgate de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da UHE Peixe-Angical, empreendimento localizado no médio vale do rio Tocantins, no limite meridional do ambiente amazônico com a região do Planalto Central, foi iniciado em 2001¹. O projeto foi executado por uma equipe de arqueólogos profissionais responsável pelo trabalho. Financiado por empresa privada, mas plenamente autônoma na concepção, condução e resultados da pesquisas, tal como estabelecido por lei, o Programa foi desenvolvido dentro da abordagem da Arqueologia Pública. Durante os primeiros três anos, a investigação incidiu no levantamento e resgate de cerca de 120 sítios localizados na área do futuro lago, seguindo o calendário de construção (Funari; Robrahn-González, 2008, pág.15).

Assim como aconteceu com o material arqueológico da UHE Luiz Eduardo Magalhães, os vestígios arqueológicos retornaram para seu estado de origem. Ficando a salvaguarda deste material a cargo do NUTA em Porto Nacional conforme determinação do Ministério Público Federal (MPF) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN.

Instalada ao sul do estado Tocantins, a Usina Hidrelétrica São Salvador está localizada no rio Tocantins entre os municípios de Paranã (TO) e São Salvador (TO). Suas obras se estenderam entre os anos de 2004 a 2009. Seu reservatório possui uma área de 104 km² que deslocou e impactou cerca de 700 famílias. A hidrelétrica é operada pela ENGIE\GDF SUEZ Brasil, gigante francesa do setor energético privado.

O licenciamento da UHE São Salvador seguiu a mesma dinâmica, foi realizado pelo IBAMA/TO. Contudo, o EIA e o RIMA foram elaborados por outra empresa, a ENGEVIX. Foram 21 PBAs executados e a licença de instalação foi emitida em 2005 (Lima, 2020, pág. 64).

Os trabalhos de salvamento arqueológico da UHE São Salvador ficaram a cargo da Scientia Consultoria e Arqueologia S.A, empresa privada do ramo da arqueologia.

Ao todo foram resgatados 69 sítios arqueológicos, entre cerâmicos, litocrâmicos e líticos. O material arqueológico encontra-se hoje sob a salvaguarda do MAE\USP²⁶ em São Paulo capital.

Última UHE a ser construída no rio Tocantins, a Usina de Estreito teve suas obras iniciadas no ano de 2005 a partir da emissão de licença ambiental previa emitida pelo IBAMA. A conclusão da obra se deu no ano de 2012 quando e então presidenta da República, Dilma Rousseff, aciona simbolicamente a oitava unidade geradora.

A usina é operada por um consórcio de empresas privadas nacionais e internacionais, Consórcio Estreito Energia – CESTE, formado pelas empresas Engie, Vale, Alcoa e InterCement.

A área impactada pelo reservatório da UHE atingiu cerca de 400 km² deslocando comunidades no Estado do Tocantins e Maranhão e se expandindo pelo território de 12 municípios. Ao todo, cinco mil famílias foram afetadas pela construção da UHE.

O número de atingidos contabilizado pelo movimento de atingidos por barragens é de 5000 famílias e segundo dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra), do ano de 2010, houve 1150 conflitos, de origem de barragens e açudes, no município de Estreito (MA), por motivos de não cumprimento de procedimentos legais. E em Babaçulândia (TO), ocorreram 36 conflitos em função da UHE de Estreito, por motivo de reassentamento inadequado (Melo; Chaves, 2012, pág. 10).

As atividades de resgate arqueológico ficaram a cargo do Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA), núcleo de pesquisa ligado à Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), sob a coordenação do Prof. Marcos Aurélio Câmara Zimmermann.

Setenta e cinco sítios arqueológicos foram resgatados. O material arqueológico encontra-se hoje sob a salvaguarda do NUTA em Porto Nacional TO.

Nos sites oficiais das empresas que operam as usinas citadas acima não há nenhuma menção aos trabalhos de arqueologia e muito menos sobre as comunidades impactadas e deslocadas. Quem são e para onde foram, assim

²⁶ Museu de Arqueologia e etnologia da Universidade de São Paulo.

como informações do material arqueológico, além do mais, alguns sites foram tirados do ar juntamente com as informações sobre os empreendimentos. As informações e dados coletados foram encontradas em artigos científicos, teses e dissertações.

Evidentemente que calcado no modelo desenvolvimentista, as empresas prezam por informações referentes aos benefícios de suas obras, enaltecendo seu compromisso com o desenvolvimento da região e do país como um todo, como pode ser atestado pelas páginas oficiais disponíveis na WEB.

É de suma importância que tenhamos informações a respeito dos impactos gerados por esses empreendimentos, seja no campo social através dos deslocamentos compulsórios e no campo do patrimônio cultural material e imaterial. Acredito que uma arqueologia séria deva se comprometer em expor esses dados e não apenas apresentar quantitativos de sítios arqueológicos, senão, estaríamos apenas reproduzindo a velha prática colecionista da arqueologia do passado, e pouco contribuindo para uma verdadeira arqueologia onde o conhecimento sobre esses objetos possa ir além das instituições de guarda.

4.3 Da pedra de raio ao artefato

A arqueologia é uma ciência que busca compreender o passado humano através de seus objetos, ferramentas, moradias, esqueletos etc. Portanto sua base de conhecimento é o estudo das coisas fabricadas pelos humanos.

O conjunto das evidências materiais identificadas em um sítio arqueológico normalmente se traduz em testemunhos de ocupação ou de passagem humana. As marcas culturais na paisagem operam-se na conformidade como o homem organizava seu espaço de vivência em função de suas necessidades vitais e se coadunam com o uso de recursos materiais e tecnológicos de que dispunha. Qualquer artefato etnográfico está relacionado a um contexto sociocultural e, associado as características de produção e de uso, represente a própria dinâmica social da comunidade grupal que o originou. Daí a relevância da pesquisa arqueológica como ação de identificação e de reconhecimento das especificidades da cultura material de cada grupo social na heterogeneidade das diversas etnias e da densidade por regiões geográficas. A arqueologia é o estudo da cultura material enquanto análise de “outros objetos” ou “objetos do outro” (Pedreira, 2015, pág. 7).

A princípio, quando se olha de fora a arqueologia parece fria, distante do humano, de fato, durante muito tempo a arqueologia se preocupou em apenas catalogar objetos se esquecendo de que por traz destes objetos existiram aqueles que os pensaram, fizeram e usaram.

Uma das perguntas que me fazem toda vez que comento algo sobre minha atividade profissional é: — O que você já encontrou no Tocantins? — Existia gente aqui? Esta última pergunta é emblemática quando se diz respeito à ocupação do território brasileiro.

Acostumamo-nos com o colonialismo e o fato de que nossas culturas nativas eram incapazes de possuir algum tipo de tecnologia. Aceitamos com certa passividade que algum objeto ou pensamento próximo de algo moderno só apareceu nessas paragens com a chegada do europeu e sua capacidade exploratória.

Como citei anteriormente, para algumas pessoas os primeiros habitantes do atual território brasileiro nem eram considerados “gente” ou humanos. Essa visão de que a pedra poderia ser transformada em um machado é visto como algo quase que sobrenatural. É muito comum as pessoas da zona rural associarem os machados de pedra a algo que pode fazer mal ou atrair raios, não é à toa que esses artefatos são conhecidos por essas pessoas por “pedra de raio” ou “curisco”. Em minhas andanças pelo interior do Tocantins presenciei vários relatos a respeito das famosas pedra de raio, por sorte muitas foram salvas da destruição devido a sua má fama de atrair tal fenômeno da natureza.

As pedras de raio são tão conhecidas pelos habitantes dos sertões tocantinense que na busca por sítios arqueológicos entrevistamos os moradores locais que são os maiores conhecedores da geografia local. Uma das primeiras perguntas que fazemos é se já viram alguma pedra de raio ou curisco na região, se a resposta for afirmativa temos um forte indicio de sítio arqueológico na área (imagem 30).



Imagem 30, Machado polido (Pedra de raio) Sítio arqueológico Barragem, Programa SALTESTREITO. Acervo UNITINS\NUTA.

No ano de 2010, durante os trabalhos de prospecção arqueológica no município de Tupiratins\ TO, o morador de uma fazenda relatou ter encontrado uma pedra de raio em sua propriedade. Segundo seus relatos, ele a encontrou quando preparava o terreno para plantio de mandioca.

Rapaz, eu estava preparando a terra sabe, fazendo as covas com o enxadão quando de repente bati numa pedra escura, ela era diferente das outras que eu tinha acostumado a ver, logo que olhei direito percebi que era uma dessas pedras de raio, pequei aquilo e limpei, guardei num barraco velho longe da casa para não ter problemas (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2010, pág. 26).

Seu Francisco das chagas, morador e proprietário da fazendo São José, fez questão de mostrar a tal pedra de raio, que na verdade se tratava de um machado polido. No seu relato fica bem explicito que ele a guarda longe de sua casa para não ter problemas, ou seja, para que não atraia raios e lhe cause danos (imagens 31 e 32).



Imagem 31, Sr. Francisco segurando a pedra de raio (Machado Polido). Acervo UNITNS\NUTA (23\01\2010)



Imagem 32, Machado polido (pedra de raio) que estava com Sr. Francisco. Acervo UNITINS\NUTA (23\01\2010)

Após explicarmos que a pedra de raio se tratava na verdade de um artefato arqueológico, um machado, o Sr. Francisco fez a doação do artefato ao NUTA e hoje ela encontra-se sob a salvaguarda da instituição na sua sede em Porto Nacional.

Mas porque esse estranhamento ou medo em relação a esses artefatos arqueológicos, evidentemente que essa visão possui um fator religioso com uma carga de desconhecimento acerca dos nossos antepassados. É possível que a construção de uma História pronta e acabada com forte influência cristã e etnocêntrica dificulte a visão de que uma sociedade mais antiga que as escrituras sagradas possam ter habitado os rincões do que é hoje o estado do Tocantins.

Às vezes o passado causa certo mal-estar, ao rememorá-lo temos que ter em mente que não podemos interpreta-los ao pé da letra. Somos apenas espectadores, muitas das vezes espectadores abestalhados perdidos no tempo espaço com respostas findas, não há explicações prontas e acabadas. Os artefatos arqueológicos são plásticos, seriam como uma visão multidimensional do passado. Como posso interpretar uma determinada pintura rupestre se seu idealizador se foi há séculos juntamente com suas memórias, ou seja a interpretação é livre e associada com a experiência de vida do expectador, ele vê aquilo que ele vive.

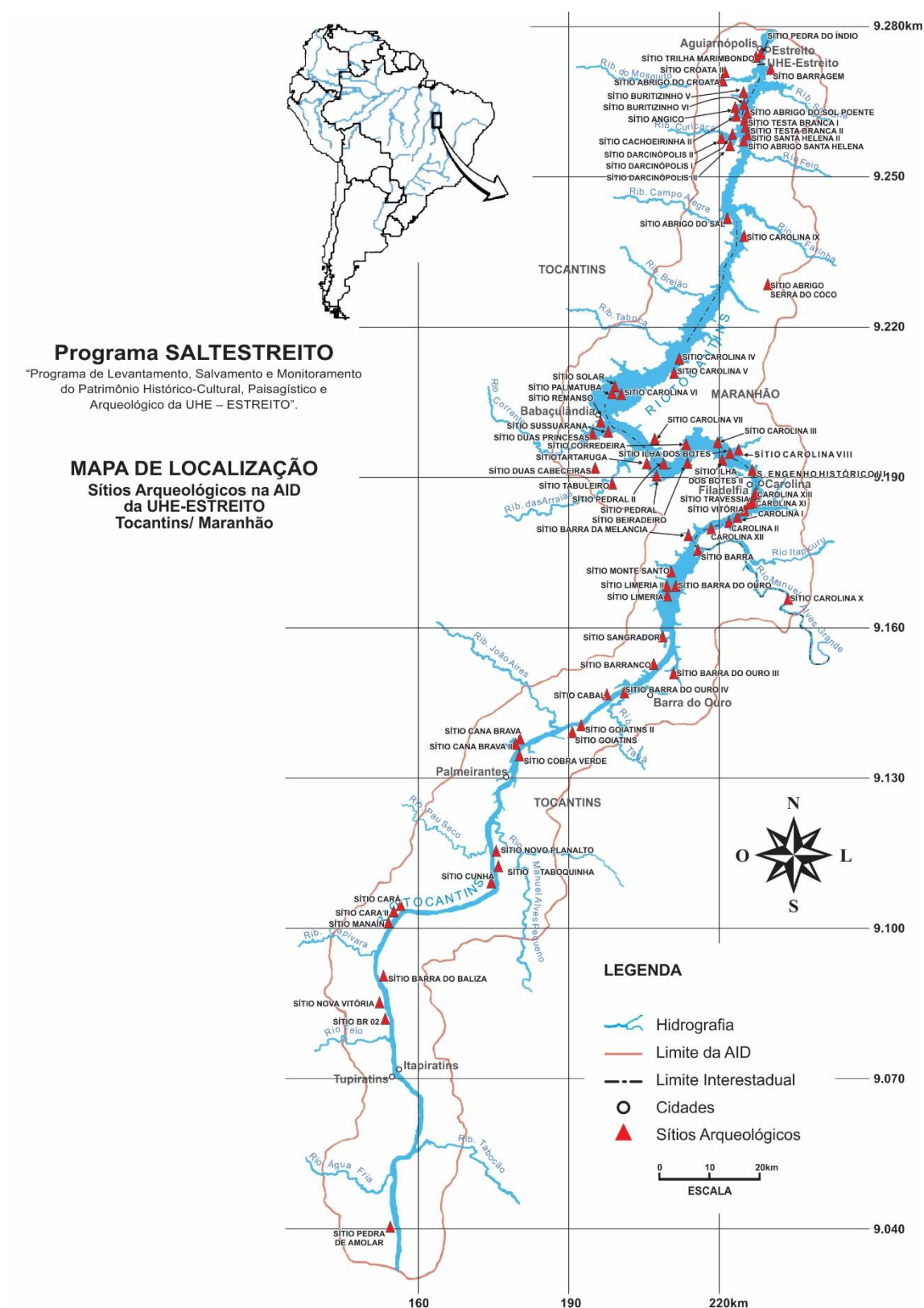
A vida é uma soma de atos reprodutivos do passado e de atos transformadores, automáticos ou involuntários ou mesmo organizados e associados a projetos de futuro. Reproduzimos o que queremos ou o que somos obrigados a reproduzir e transformamos o que queremos ou o que temos forças para transformar, individualmente ou em conjunto. Nossa capacidade de mudar a realidade é variável. Pequenas decisões podem mudar o curso de vidas individuais. Grandes transformações dependem de ações públicas, coletivas, que são o somatório de ações individuais, coordenadas ou não. O cotidiano é um bom ângulo para pensarmos a eficácia da ação humana e suas modalidades, da individual à coletiva, da organizada à aleatória, da desejada à involuntária, da consciente à intuitiva (Guarinello, 2004, pág. 9).

Mas independente das discussões interpretativas e temporais acerca do criacionismo ou evolucionismo, temos os objetos, a cultura material desses antigos habitantes do estado espalhados pelos sertões tocantinense, seja na beira de rios, cavernas, ilhas fluviais etc. (imagem 33).



Imagem 33, Sítio arqueológico Abrigo Santa Helena que se localizava na ilha dos campos no rio Tocantins, detalhe para a escavação das urnas funerárias Programa SALTESTREITO. Acervo UNITINS\NUTA (19\09\2010).

Os trabalhos de resgate arqueológico executado na área impactada pelo reservatório da UHE Estreito identificaram e resgataram 75 sítios arqueológicos, entre sítios cerâmicos, líticos, rupestres, enterramentos e históricos (Mapa 3).



Mapa 3, Sítios arqueológicos localizados na área de impacto da UHE Estreito. Acervo UNITINS\NUTA (2011)

Estes vestígios são provas materiais da ocupação desse pedaço do território brasileiro onde os biomas amazônico e do cerrado se entrelaçam e formam uma riquíssima biodiversidade com espécies animais e vegetais dos dois biomas.

O programa SALTESTREITO foi executado com o propósito de investigar e conhecer os primeiros habitantes do território do Tocantins. Garantiu o resgate\salvamento de vestígios pré-coloniais e históricos, a partir da descoberta de 75 sítios arqueológicos, nas áreas atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito (Pedreira, 2015, pág.8).

O contexto biogeográfico de um território é extremamente relevante no estudo de sociedades antigas, quando se tem variedade de biomas e formações geológicas. A fixação e ocupação do território se torna mais eficaz, no caso da região da UHE Estreito, as formações geológicas em conjunto com a diversidade ambiental e abundância de água seria um facilitador para deslocamentos e ocupação territorial.

Como parte integrante dos ecossistemas, iniciando cadeia energética, a cobertura vegetal é a melhor resposta às condições ecológicas da paisagem, porque reflete os complexos inter-relacionamentos entre os fatores do meio e as plantas que nele vivem (Barbosa, 2002, pág. 350).

Barbosa, ainda reforça que:

Da mesma forma, no estudo das populações humanas de economia simples, centrada na caça e na coleta, a compreensão da cobertura vegetal pode-se constituir num elemento fundamental para vislumbrar processos culturais desenvolvidos por essas comunidades, compreender as estratégias de exploração ambiental adotada e consequentemente captar elementos que propiciem o conhecimento dos tipos de planejamento utilizados (Barbosa, 2002, pág. 350).

Evidentemente não podemos creditar a expansão humana pelo planeta somente pelos facilitadores ambientais senão recorreríamos ao determinismo ambiental para explicarmos a ocupação humana de quase todos os biomas do planeta, da floresta equatorial ao deserto. A cultura, ligada a outros fatores sociais também tem que ser levado em consideração no processo de adaptação aos diversos climas e relevos.

4.4 Características dos sítios líticos na região da UHE Estreito

Parte dos sítios arqueológicos identificados durante as etapas das pesquisas de campo nas áreas afetadas pela construção da UHE Estreito são oficinas líticas de superfície²⁷. Estas, situadas em depósitos quaternários²⁸, provavelmente, formados por ocasião do último episódio de estruturação da calha do rio Tocantins, há cerca de 10.000 anos, quando o rio passou a definir seu curso atual.

Os depósitos compreendem amplas concentrações de blocos e seixos em formatos e tamanhos variados, formando pequenas planícies aluviais associadas aos principais cursos d'água da região (imagem 34).



Imagem 34, Sítio arqueológico Limeira em depósito de seixo nas margens do rio Tocantins. Acervo UNITINS\NUTA (08\04\2008).

Deduz-se que os sítios oficinas ou locais de captação de recursos possam ter sido utilizados ou reutilizados através de gerações por grupos caçador-coletores ou por povos ceramistas. Estes, em constante movimentação pela região, valer-se-iam das jazidas de seixos como fonte de captação de matéria prima para as mais variadas funções, como aponta Veroneze:

Os habitantes de um assentamento não limitam suas atividades à zona do assentamento. Sairiam dele diariamente para voltar com alimentos e para conseguir ferramentas de trabalho. Também poderiam sair para relacionamentos com habitantes de outros assentamentos. Para a compreensão das relações específicas entre homem e ambiente é possível observar que a diferença básica entre povoadores que subsistem com alimentos silvestres e os que habitam em povoados permanentes é que os primeiros se veriam obrigados a explorar uma ampla variedade de pequenos nichos ecológicos que seguem linhas estacionais, e os últimos, devido a uma eficaz

²⁷ Locais onde se fabricavam as ferramentas de rocha.

²⁸ Locais com grande presença de rochas nas margens do rio Tocantins formados a cerca de 10.000 anos.

produção alimentar, se concentrariam em um só micro ambiente, ou em outros poucos que se encontrariam por perto. Os assentamentos de caçadores pescadores tendiam a manter relações especializadas com o micro ambiente. Devido ao ciclo estacional da vida animal e vegetal, as pessoas procuravam mover-se entre assentamentos de diferentes especializações, a fim de completar a utilização plena desse ciclo ambiental” (Veroneze; 1992, pág. 35).

Do processo migratório em busca de recursos alimentares ou de ferramentas de trabalho, resultam os sítios líticos.

Um dos aspectos do contexto arqueológico do Planalto Central Brasileiro e das franjas da floresta Amazônica envolve a existência de sítios arqueológicos superficiais de grandes extensões, geralmente, compostos exclusivamente por material lítico.

Sítios com essas características são encontrados em diferentes porções destes territórios e normalmente estão associados a áreas de terraços antigos ou grandes cascalheiras ao longo dos principais rios e alguns de seus afluentes, que cortam essa macrorregião (Bueno, 2005 pág. 26).

Na bacia do curso médio do rio Tocantins, especificamente na área impactada pela UHE Estreito, sítios de superfície foram encontrados com frequência e apresentaram grande quantidade de vestígios líticos.

Estes locais de captação de matéria prima proporcionaram certa variedade com relação à categoria e a forma das matérias primas disponíveis. Os depósitos de seixos, formados no leito do rio Tocantins, foram os locais que apresentaram a maior variedade de matéria prima rochosa e, conseqüentemente, as que concentraram a oferta de sílex, arenito silicificado e quartzito, que são rochas apropriadas para a fabricação de ferramentas.

Sítio com essas características foram estudados por Morales durante o salvamento arqueológico da UHE Luís Eduardo Magalhães região central do Tocantins. Esses sítios foram descritos como sendo:

Uma planície de inundação com substrato composto por areia fina intercalada com camadas espessas de cascalho fino e de argila. No leito do rio Tocantins e nas amplas cascalheiras em suas margens são comuns à presença de seixos de quartzo, quartzito, arenito silicificado e sílex que são trazidos pela força das águas durante as enchentes anuais. Nesses locais os níveis de cascalho são constituídos por seixos com diâmetro variando de 1,5 a 15 cm (Morales, 2005, pág. 70).

Os sítios inseriam-se em áreas que possuíam elementos representativos da geomorfologia local. As áreas eram formadas por campos de seixos,

parcialmente ou não recobertos por areias, argilas e material orgânico, que podem ainda ser caracterizados pela presença de dois níveis de implantação: áreas sujeitas a uma maior acumulação de areia e argila, estas provenientes tanto do processo de desmoronamento dos barrancos, como proveniente do carreamento de material pelas águas do rio; e em perfis de depósitos de seixos naturais situados em patamares mais baixos e condicionados a correntezas mais fortes e constantes do rio.

Cumpra ainda salientar que devido às suas localizações, os sítios são afetados por enchentes anuais, que destroem a cada evento os níveis de ocupação humana, na medida em que retira os vestígios de suas posições originais e os deposita em outros locais.

As enchentes constituem fator de destruição, desagregação e alteração dos sedimentos e vestígios arqueológicos, mudando as características deposicionais do sítio a cada ciclo de enchentes.

Consequentemente, este fenômeno dificulta a interpretação das indústrias lítica, na medida em que mistura os vestígios de diferentes origens, onde se pode encontrar em alguns casos, além de lítico lascado e polido, também, cerâmica, louça, vidro, pedaços de telha, entre outros objetos atuais.

Alguns sítios apresentaram fragmentos de cerâmica, apesar de o material cerâmico ser em pequena quantidade torna-se representativo se estes sítios constituírem uma fonte de captação de matéria prima utilizada tanto por povos caçadores coletores, quanto por grupos ceramistas mais tardios. Outra hipótese, diz respeito à possibilidade do material cerâmico ter sido carregado pelas águas, podendo ser proveniente de algum assentamento ceramista, outrora situado em local próximo à barranca do rio.

Os grupos humanos desta época souberam selecionar entre os seixos aqueles que proporcionavam melhores condições de lascamento, constituindo os artefatos obtidos a partir de seixos lascados designados por: “indústrias dos seixos”, como afirma Emperaire:

Este termo denomina geralmente um conjunto de utensílios (ou de armas), fabricados a partir de um seixo. Uma grande proporção das indústrias líticas sul americanas e principalmente as das culturas litorâneas ou dos bordos dos rios, são fabricados a partir de seixos (Emperaire, 1967, pág.39).

A variedade de matéria prima rochosa associada à ampla diversidade de recursos naturais favoreceu a concentração de variáveis ocupacionais pretéritas, pois são facilitadores de ocupações humanas.

A indústria lítica desse período pode ser caracterizada pela escolha de matérias primas de ótima qualidade, pela produção de artefatos uni e bifaciais e pelo alto investimento técnico empregado na produção desses artefatos. Embora outras matérias primas sejam também utilizadas, como o quartzo e o quartzito, a grande maioria dos vestígios relacionados a produção de artefatos formais apontam para utilização do arenito silicificado e, em menor quantidade, do sílex (Bueno, 2006, pág. 78).

Assim, pelas evidências, o contexto biogeográfico favoreceu os grupos humanos que utilizaram o local devido à grande disponibilidade de matéria prima rochosa adequada à confecção de seus artefatos, além de fontes de alimentação e abastecimento de água, proveniente do rio Tocantins e seus afluentes.

Portanto, ambientes naturais diversos evidenciam uma maior concentração de sítios associados a caçadores-coletores²⁹, isso, devido principalmente a necessidade desses grupos se movimentarem pelo território em busca de recursos. Observa-se então que os sítios arqueológicos associados à presença de caçadores e coletores mais antigos estão implantados em ambientes ecologicamente mais favoráveis.

4.5 A cultura material do sítio Remanso

Na simbiose entre homem e meio natural foram confeccionadas ferramentas utilizando-se como matéria prima a rocha, madeira, osso, entre outros, para serem utilizados como instrumentos de trabalho, caça, defesa ou para fins ritualísticos.

Durante a confecção ou utilização desses artefatos, essas populações deixaram vestígios no espaço\tempo, restos diminutos de suas culturas, mas que são testemunhos de grande relevância para o entendimento de seu modo de vida (Pedreira, et. al. 2011, Programa SALESTREITO, relatório final, 2012, pág. 37).

Boa parte desses vestígios chegam aos nossos dias desgastados pelo tempo e acidez do solo, no entanto, algumas ferramentas de pedra resistem a esse desgaste natural, tornando-se passíveis de interpretação. Outros vestígios

²⁹ Grupos nômades especializados em caça e coleta, desprovidos de agricultura.

são destruídos pela ação humana, que na sua constante expansão sobre os recursos naturais destroem peças magníficas que nunca serão recuperadas.

Reconstruir, no entanto, o passado pré-histórico dessa região é um ato de desafio, na medida em que os objetos culturais foram feitos de matérias perecíveis que não sobreviveram às intempéries do clima tropical, quente e úmido e na medida em que a acidez do solo destrói rapidamente os restos da matéria orgânica utilizada pelos grupos humanos e também não conserva seus restos funerários. Restam então, aos arqueólogos, apenas vestígios de origem mineral, líticos e cerâmicos (Pedreira; Zimmermann 2012, pág. 13).

O sítio arqueológico Remanso era um sítio a céu aberto, localizado no município de Babaçulândia -TO, situado junto a calha do rio Tocantins, nas coordenadas UTM 23 196656E/9 202060N (imagem 35).



Imagem 35, Sítio arqueológico Remanso. Acervo UNITINS\NUTA (04\11\2008).

Foi encontrado em novembro de 2008 durante os trabalhos de prospecção nas margens do rio Tocantins, próximo à área urbana de Babaçulândia. Apesar de estar próximo a cidade, cerca de 1000m do centro urbano, o material arqueológico estava relativamente bem preservado. É provável que isso se deva ao fato do local ser um afloramento rochoso não sendo aproveitado para fins econômicos ou lazer pela população local

Estava originalmente implantado sobre um campo de seixo estreito e alongado, intercalado por sedimentos arenosos e blocos de arenito (matacões)³⁰, espalhados pela superfície, por uma área de aproximadamente 75 m de comprimento por 20 m de largura.

³⁰ Blocos de rochas areníticas.

A coleta do material seguiu a metodologia do esquadramento do terreno, ou seja, subdividindo o terreno em quadrículas de 1x1m georreferenciadas e identificadas pelo padrão alfanumérico. Essa metodologia facilita e torna o trabalho mais eficiente na medida em que se tem a localização exata de cada peça no espaço. Assim, em laboratório podemos reconstituir a dispersão das peças arqueológicas no sítio e traçar um padrão de deposição das mesmas.

Foram coletadas 872 peças arqueológicas, compostas majoritariamente por lascas³¹ perfazendo o total de 483 peças ou 75.2% das amostras. As demais peças são núcleos³², fragmentos de lascas, microlascas³³, lâminas³⁴, seixo com marcas de utilização (percutor), fragmentos de seixo com lascamento, blocos com lascamento, fragmentos de blocos com lascamento, lascas utilizadas³⁵ e artefatos³⁶ (imagens 36 e 37).



Imagens 36 e 37, Pontas de projétil encontradas no sítio Remanso. Acervo UNITINS\NUTA.

Com as análises da cultura material do sítio Remanso, podemos afirmar que o local era uma oficina lítica utilizada para fabricação de artefatos. Temos

³¹ Fragmento que se desprende da rocha durante o processo de lascamento.

³² Fragmento de rocha onde se retirou as lascas.

³³ Fragmento com menos de 10mm de diâmetro.

³⁴ Fragmentos alongados onde o comprimento é o dobro da largura.

³⁵ Lascas com marcas de utilização pelo homem.

³⁶ Ferramenta feita de rocha.

uma cadeia operatória típica de oficinas paleolíticas, com lascas que são a parte inicial do processo de fabricação e artefatos que são a parte final do processo.

As características da cultura material do sítio e o contexto biogeográfico que o cercava sugerem a utilização do local por grupos de caçadores-coletores nômades, desprovidos de agricultura. Utilizavam as jazidas de rochas nas margens dos cursos d'água para fabricação de suas ferramentas. A ausência de material cerâmico nas imediações e de ferramentas polidas também são indicativos de cultura pré-ceramista.

As pesquisas arqueológicas realizadas no médio Tocantins apontam para um período de ocupação humana há pelo menos 10.000 mil anos, (Bueno, 2007). Eram populações caçadoras e coletoras que durante centenas de anos interagiam com meio físico natural buscando sua sobrevivência (Programa SALTESTREITO, relatório final, 2012, pág. 37).

Estes sítios por sua vez estão associados a uma ocupação antiga, com datações confirmadas em torno de 12.000 a 9.000 AP, em pesquisas realizadas pelo MAE\USP na região central do estado do Tocantins durante o resgate arqueológico na área impactada pela UHE Luís Eduardo Magalhães.

Devido à falta de material orgânico para datações como C14, podemos apenas fazer uma análise comparativa entre o sítio Remanso e sítios com características semelhantes, principalmente em relação ao local de implantação do sítio e tipos de artefatos produzidos.

Ainda temos um longo caminho a percorrer em relação às interpretações das culturas que habitaram o estado do Tocantins. As dificuldades são muitas, a expansão do agronegócio juntamente com a extração de minérios tem causado grandes impactos ao meio ambiente, e conseqüentemente afetando sítios arqueológicos ainda não registrados.

O estado brasileiro tem o dever constitucional de proteger nosso patrimônio arqueológico. Entretanto, o que vemos na realidade são políticas ambientais esvaziadas de sua premissa protecionista, afetando de sobremaneira o patrimônio arqueológico que porventura possa estar no caminho da expansão agrícola no estado.

5. Considerações Finais

Desde que passou a ser obrigatório na década de 1980, o salvamento arqueológico tem sido uma ferramenta importante para que em obras impactantes como a UHE Estreito haja alguma medida protetiva com relação ao nosso patrimônio arqueológico.

Temos que ter em mente que o sítio, seu espaço físico desaparece após a retirada do material de seu jazigo de outrora. Restando apenas um espaço vazio, às vezes esburacado por conta das escavações, que mais tarde esvanece por completo debaixo d'água. O que resta dos sítios são seus artefatos que agora repousam em caixas dentro de um prédio de concreto longe de seu local de exumação.

A arqueologia de contrato executa suas atividades conforme o mercado. São empresas privadas em sua maioria, que concorrem entre si na busca de projetos ligados a empreendimentos, seja na área de infraestrutura, agronegócio etc. O resultado destes trabalhos são os sítios arqueológicos resgatados.

Os sítios resgatados na UHE Estreito são resquícios do pôs-barragem além de todo efeito desagregador social e ambiental causado pela usina. Esses artefatos podem e devem ser estudados e ainda serem expostos ao público, não apenas como vestígios de sociedades antigas, mas frutos de uma atividade onde o transcorrer de suas ações requer impactos.

No rastro da arqueologia de contrato, o levantamento do patrimônio material e imaterial dos sujeitos afetados por grandes obras reforçaram as ações mitigatórias, estas, na maioria dos casos, mal conduzidas e mal feitas. Evidentemente que com a perda de seu território, as tradições de um povo são profundamente afetadas, às vezes totalmente perdidas. Não existe compensação para tal perda. O que fazemos é apenas um registro de seus saberes e fazeres de suas memórias, eles são os atores principais e nós apenas espectadores.

Para nós cientistas humanos, a oportunidade de se trabalhar em um projeto como o SALTESTREITO é gratificante e perturbador ao mesmo tempo. Gratificante por termos o privilégio de encontrar e estudar sítios arqueológicos

ainda preservados e de se ter a oportunidade de conviver com comunidades como a de Palmatuba e Ilha de São José, onde os modos de vida tradicional ainda ecoavam em suas entranhas. Perturbador pelo fato de estarmos numa área de conflitos, de desagregação social e territorial, de destruição de sítios arqueológicos que não podiam ser retirados como painéis rupestres que agora se encontra totalmente submersos. Enfim, estas são as condições de quem se propõem a trabalhar nesses locais. Carregarei em minhas memórias aqueles tempos passados em campo, das andanças a procura de sítios arqueológicos à convivência com as comunidades locais onde vivenciei suas alegrias e tristezas.

Referências

ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. (Coleção ideias em ação).

AIRES, Antônio. **Programa SALTESTREITO**. Porto Nacional, TO: UNITINS\NUTA, 2011. Mapa de localização dos municípios e sítios arqueológicos. Escala 2: 20.000.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da História Oral como metodologia de pesquisa. IV semana de História do Pontal, III Encontro de Ensino de História. **Política, Gênero e Mídia na pesquisa e no ensino de História**. Uberlândia: UFU. 2016.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. UNESP, v. 5 nº. 3, 2005.

BARBOSA, Altair Sales. **Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do cerrado**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás. Instituto do Tropic Subúmido, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade**. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 1986 Editora Schwarcz Ltda. Rua Barra Funda, 29601152 - São Paulo – SP.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: 1988. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Conselho Nacional do Meio Ambiente(CONAMA)**. Resolução CONAMA N.001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre procedimentos relativos à Estudo de Impacto Ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/CONAMA/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 21\05\2021.

BUENO, Lucas. Variabilidade tecnológica dos sítios da região do Lajeado, Médio Tocantins. **Revista do museu de arqueologia e etnologia**, São Paulo: USP. 2007.

_____. **As indústrias líticas da região do Lajeado e sua inserção no contexto do Brasil central**. Revista do museu de Arqueologia e Etnologia, 15-16: 37-57, São Paulo, 2005-2006.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Levantamento Arqueológico em Planejamento Ambiental. **Revista do museu de arqueologia e etnologia**, São Paulo: suplemento 3: 347-369, 2000.

_____; SANTOS, Maria do Carmo. **Arqueologia de contrato no Brasil**. Revista USP, (44), 52-73.

CARVALHO, Graziane. Araújo. Pitombeira. SIEBEN, Airton. **Da ilha de São José ao reassentamento coletivo Baixão em Babaçulândia (TO): efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, vol. 28, núm. 1, 2019 Universidad Nacional de Colombia.

EMPERAIRE, Annette Laming. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul**: manuais da arqueologia Nº 2. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Centro de ensino e pesquisas arqueológicas, 1967.

FERREIRA, M. M; AMADO, J. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONSECA, Aline Registro. **Educação Patrimonial**: o objeto cultural como fonte primária para o conhecimento crítico. UFU, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo. A. **Memória Histórica e Cultura Material**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 13, nº25/26, p. 13-31, 1993.

_____. **Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemática e tendências**. Cienc.Cult. vol.65 no.2 SãoPaulo Apr./June 2013.

_____; ROBRAHN-GONZÁLEZ Érika. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. História, v.27, n.2, p.13-30, 2008.

FURNAS Centrais Elétricas. Disponível em: <https://www.furnas.com.br>.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História científica, história contemporânea e história cotidiana**. Depto. de História/USP. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.13-38 – 2004.

GUEDES, S. R.; NICODEM, M. M. F.; A utilização de imagens no ensino de história e sua contribuição para a construção de conhecimento. **R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol**, Medianeira, v.8 n.17 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HORTA, M. L. P; MONTEIRO. A. G; GRUMBERG, E. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

IPHAN, **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em <portal.ipahn.gov.br>.

LEANDRO, José J. **Babaçulândia: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa**. Goiânia: Kelps, 2008. 150 p.

LIMA, Adila Maria Taveira. **Hidrelétricas no Rio Tocantins e Efeitos Pós-Barragem: Compensação, Desenvolvimento e Governança Local**. Tese

apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências do Ambiente, nível de doutorado, da Universidade Federal do Tocantins–Brasil, como requisito para a obtenção do título de doutora em Ciências do Ambiente. PALMAS-TO2020.

LITZ, Valesca Giordano. **O uso da imagem no ensino de História**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-6.pdf>>.

MALDANER, Kiara Lubick Silva; AKAMA Alberto. **“Os atingidos por barragens do rio Tocantins: perdas simbólicas e materiais dos afetados pela UHE Peixe Angical”**. Revista DELOS Desarrollo Local Sostenible (junio 2019).

_____; LIMA Adila Maria Taveira; AKAMA, Alberto; MARQUES, Elineide Eugenio. **A Avaliação Ambiental Integrada e os cenários socioeconômicos de municípios impactados pelas Usinas Hidrelétricas Peixe Angical e São Salvador no rio Tocantins**. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, n.52, Jun. 2019, Pag 119-134.

MELLO, A. CARDOZO, P.F. **Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial**. Campinas, v.36, nº. 133. P. 1059-1075, 2015.

MELO Nara Lopes de; CHAVES Patrícia Rocha. **A Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e o Processo de Territorialização do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB**. XXI encontro de geografia agrária. Uberlândia-MG, 12 A 19 DE OUTUBRO DE 2012.

MENESES, Ulpiano. T. B. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. In: I Simpósio Nacional de História Antiga, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1983.

MORAIS, José Luís. Salvamento arqueológico na área de influência da PCH Moji-Guaçu. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 1995.

MORALES, Walter Fagundes. **12.000 Anos de Ocupação: um estudo de arqueologia regional na bacia do córrego Água Fria, médio curso do rio Tocantins**. São Paulo: MAEUSP, 2005.

MOREIRA, Carlos Gustavo Costa. **Sobre a aprendizagem dos regimes de sentido do tempo histórico escolarizado: parâmetros críticos para estudo curricular sobre ensino de história para o 6º ano do ensino fundamental**. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ensino Profissional de História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara. **Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luís Eduardo Magalhães – TO**. Varia hist. vol.30 no.53 Belo Horizonte Maio/Agosto. 2014.

PEDREIRA, Antônia Custodia. A Educação Patrimonial no Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Universidade Estadual do Tocantins. **Revista Extensão**, Palmas, v.3, nº.1, p.18, ago.2019.

_____(ORG). **A Região da UHE Estreito: Investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana.** Palmas, 2015.

_____; ZIMMERMAN. M. A. C. O Ambiente Pré-Histórico de Estreito e Adjacências. In: Ana Luíza Coelho Netto (ORG.). **Estreito: o novo cenário da água.** Rio de Janeiro: E-PAPERS, 2012. p. 13-23.

PIERRO Bruno de. **Negócios do passado Cresce: a participação da arqueologia empresarial em canteiros de obras de infraestrutura.** revistapesquisa.fapesp. edição 206, abril de 2013.

PINTO, Ana Lúcia Guedes. Rememorando Trajetórias da Professora-Alfabetizadora. **A leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissional.** Campinas: Mercado de Letras, 2002.

PREGNOLATTO, Felipe Pascuet. **A Cultura Material na Didática da História.** 2006. 99 f. Dissertação (História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Cristiane. Moreira. **Cidade, monumentalidade e poder.** Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRJ.

SALTESTREITO, Programa. Relatório Final. **Programa de Levantamento, Salvamento e Monitoramento do Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico e Arqueológico da Região da UHE Estreito.** Porto Nacional, jul. 2012.

_____. 3º Relatório Semestral. **Prospecção Arqueológica Resgate Arqueológico Valorização do Patrimônio Histórico Cultural e Paisagístico.** Porto Nacional, ago. 2008.

SANTOS, Milton. Território, territórios: **Ensaio sobre o ordenamento territorial.** São Paulo: Hucitec, 2007.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Caçadores e coletores da pré-história do Brasil.** São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.

SIEBEN, Airton. Estado e Política Energética: **A desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia. UBERLÂNDIA 2012.

_____; CARVALHO. G. A.P. Da ilha de São José ao Reassentamento Baixão em Babaçulândia TO: efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia. **Revista Colombiana de Geografia**, vol. 28, núm. 1, 2019.

SILVA, Wilton. **História.** Franca: vol. 20, nº 1, 2010.

SILVEIRA, Flavio Leonel A. e LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma das coisas” e a**

coisificação do objeto. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

SOUZA, Mariza Fernandes; MARQUES, Elineide Eugênio; MIRANDA, Eva Barros; ARAUJO, Alice Ferreira. **Do rio Tocantins a Hidrelétrica de Peixe Angical: os peixes e as pescarias na memória dos pescadores.** Revista Interface, Edição nº 12, dezembro de 2016 – p. 119-134.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado.** Trad., Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VERONEZE, Ellen. **A ocupação do planalto central brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul.** UNISINOS, 1992.

Anexos

A proposta apresentada como produto final consiste em um folder dobrável podendo ser impresso em A4, ilustrativo e informativo a respeito das atividades desenvolvidas pelo NUTA no âmbito da Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Como proposta pedagógica temos como intenção distribuí-lo em seis escolas públicas de Porto Nacional sendo elas Florêncio Aires, Felix Camoa, Carmênia matos Maia, Costa e Silva, Angélica Aranha e Pedro Ludovico, todas pertencentes à rede estadual de ensino, e durante as distribuições do mesmo faremos uma breve apresentação oral sobre o NUTA enaltecendo sua relevância enquanto instituição pública, responsável pela guarda de acervo de objetos ligados ao Patrimônio Arqueológico e Histórico cultural.

As impressões do folder serão feitas no próprio NUTA, as tiragens seguirão o número de alunos por escola após verificarmos o quantitativo de discentes em cada instituição, as entregas dos folders ocorrerão no início do ano letivo de 2022.

A primeira escola a ser visitada será o Florêncio Aires instituição na qual atuo como professor de História, assim mês a mês visitaremos as outras escolas finalizando as atividades no final do mês de junho de 2022.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-HISTÓRICO, HISTÓRICO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS E DO BRASIL

Legendas

Foto 01 - Sede da UNITINS/NUTA;
Foto 02 - Machado lítico;
Foto 03 - Ponta de projétil;
Foto 04 - Vasilhames cerâmicos;
Foto 05 - Sítio arqueológico Remanso em Babaçulândia/TO;
Foto 06 - Sítio arqueológico Abrigo Santa Helena, Ilha dos Campos, Argumápolis-TO e Estrelito-MA;
Foto 07 - Gravações rupestres, sítio arqueológico Testa Branca II, Estrelito-MA;

Foto 08 - Centro Histórico de Carolina - MA;
Foto 09 - Nossa Senhora da Abadia, padroeira de Peixe - TO;
Foto 10 - Cavalhadas, Taguatinga - TO;
Foto 11 - Descaroçar, cardar e fiar o algodão ainda fazem parte do cotidiano de muitas famílias no Tocantins;
Foto 12 - Serra de Taguatinga, Taguatinga - TO;

Observação: Todas as fotos aqui utilizadas pertencem ao acervo da UNITINS/NUTA.

O Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (Cecília Londres)

ATENDIMENTO

De segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.



NÚCLEO TOCANTINENSE DE ARQUEOLOGIA



ENDEREÇO:

Anel Viário, Rodovia TO-050, Quadra 20, Lote 65, Setor Jardim dos Ipês
CEP 77.500-000 - Porto Nacional TO - Telefone: (63) 3363-1265.
www.unitins.br/nuta

Apresentação

O Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) é uma unidade de pesquisa e de extensão da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), criado pela Instrução Normativa nº 14/99 de 22 de novembro de 1999. Tem por objetivo promover a pesquisa arqueológica interdisciplinar, fomentando, sobretudo, o conhecimento científico referente aos patrimônios pré-histórico, histórico cultural e paleontológico, especialmente, do Estado do Tocantins. Para tanto, desenvolve ações de Educação Patrimonial com o propósito de auxiliar a sociedade em geral a conhecer, valorizar e preservar os elementos materiais e imateriais que compõem e constituem o patrimônio cultural e natural seu e dos outros.

O NUTA É

- ♦ Laboratório de pesquisa e análises;
- ♦ Unidade de guarda de acervo;
- ♦ Espaço de museu.

O NUTA POSSUI

- ♦ Biblioteca especializada;
- ♦ Acervo fotográfico e videográficos;
- ♦ Mapoteca;
- ♦ Acervos de pesquisas

O NUTA EXECUTA

- ♦ Pesquisas científicas;
- ♦ EIA-RIMA e PBA;
- ♦ Consultorias técnico-científicas.

O NUTA ATUA

- ♦ Arqueologia;
- ♦ História/cultura;
- ♦ Paleontologia;
- ♦ Educação Patrimonial;
- ♦ Museografia.



Patrimônio Arqueológico

Os sítios e vestígios arqueológicos são bens da União garantidos pelo Artigo 20 da Constituição Federal brasileira de 1988, é um dos bens que constituem o patrimônio cultural do Brasil (conforme Artigo 216 da Constituição Federal). São protegidos pela Lei Federal nº 3.924 de 26 de junho de 1961, que dispõe sobre os monumentos pré-históricos; pela Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015 que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nos processos de licenciamento ambiental e, ainda, pelo Código Penal que reza sobre a sua salvaguarda.



Patrimônio Histórico Cultural

É o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. É o legado que herdamos do passado e que transmitimos às gerações futuras, carregando informações relevantes, e que ensinam os mecanismos por meio dos quais uma sociedade se organiza e transforma. É protegido pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937 e pela Constituição Federal brasileira de 1988, Artigos 24 e 216.

